



Roberto Cesar Silva de Azevedo

**Educar as *creanças anormaes*: práticas policiais, médicas e
pedagógicas na internação de crianças com epilepsia no
início do século XX**

Monografia apresentada ao Departamento
de História da PUC-Rio como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de
Bacharel em História.

Orientadora:
Prof.^a Dr.^a Margarida de Souza Neves

Departamento de História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro, dezembro de 2009.

Agradecimentos

À minha mãe e meu irmão, que me ensinaram que a verdade é o caminho. À João Baptista, meu pai, pelas valorosas lições.

Aos meus amigos, especialmente, Gustavo Silvano Batista, Camille Furtado, Leandro Cezário e Maurício Alves de Assis, pelo incondicional apoio.

Aos companheiros Samantha Souza, Joice Souza, Priscilla Vieira, Leonardo Martins, Anderson Silva, Paloma Brito, Débora Sol, Aderivaldo Ramos, Maria Aparecida Santos, Mariana Lapagesse, Aline dell’Orto, Rebecca Coscarelli, Nadiege Titara, Pablo Mattos, Raphael Martins, Mario Miranda pela amizade durante esses anos de árdua caminhada.

À professora Margarida de Souza Neves, pela confiança depositada em mim, pelo exemplo de profissionalismo, pela sempre atenciosa, cuidadosa e carinhosa orientação. Muito obrigado.

À professora Heloísa Serzedello Corrêa, pela sensibilidade e entusiasmo inabaláveis. Ao professor Luis Reznik, por sua sofisticada e enriquecedora orientação em outros projetos. Ao professor Maurício Parada, pelas preciosas dicas para o desenvolvimento dessa monografia. Aos demais professores do Departamento de História da PUC-Rio pela inspiração e modelo que representam. À Anair, Cláudio, Moisés, Cleuza e Edna, pelo bom-humor, afeto e respeito oferecido à todos os alunos. São a alma do Departamento.

Aos anjos do Centro de Pastoral Anchieta que amortizaram muitos dos impactos dessa caminhada.

À Maria Eduarda.

Resumo

Essa monografia investiga as relações entre o poder da polícia e o saber médico na detenção, identificação e recolhimento de crianças com epilepsia, tidas como potencialmente perigosas. No Distrito Federal dos primeiros anos do século XX, as que, nos termos da época, eram chamadas de *creanças desvalidas* eram recolhidas em vários estabelecimentos correcionais ou de assistência, sendo o Hospício Nacional dos Alienados e, neste, o Pavilhão-Escola Bourneville, o responsável por aquelas que necessitavam de cuidados psiquiátricos. O objetivo central do trabalho é compreender como, ao internar as *creanças anormaes* em geral, e crianças com epilepsia em particular, o saber médico, interligado a outros saberes, promovia o controle e a ordenação do espaço urbano, ao mesmo tempo em que pretendia reprimir a criminalidade.

Palavras-Chave

Infância, epilepsia, medicina, polícia, Pavilhão-Escola Bourneville

*Este, que um deus cruel arremessou à vida,
Marcando-o com o sinal da sua maldição,
— Este desabrochou como a erva má,
nascida
Apenas para aos pés ser calcada no chão.*

*De motejo em motejo arrasta a alma
ferida...
Sem constância no amor, dentro do coração
Sente, crespas, crescer a selva retorcida
Dos pensamentos maus, filhos da solidão.*

*Longos dias sem sol! noites de eterno luto!
Alma cega, perdida à toa no caminho!
Roto casco de nau, desprezado no mar!*

*E, árvore, acabará sem nunca dar um fruto;
E, homem há de morrer como viveu:
sozinho!
Sem ar! sem luz! sem Deus! sem fé! sem
pão!
sem lar!*

“Só”, Olavo Bilac, 1880.

Sumário

1. Introdução	7
2. <i>Casa do Sofrimento: a morada dos mortos da vida</i>	19
3. <i>Para crianças retardadas, híidas e epiléticas: o tratamento médico-pedagógico no Pavilhão-Escola Bourneville</i>	31
4. <i>Epilepsia: diagnóstico ou acusação</i>	45
5. Conclusão	67
6. Documentação	70
7. Relação de prontuários do Pavilhão-Escola Bourneville consultados no arquivo do Instituto Municipal Juliano Moreira	72
8. Bibliografia	73

Introdução

Em termos gerais, a introdução de uma monografia consiste em uma direta e sucinta apresentação do trabalho desenvolvido. Ela deve fornecer informações sobre os objetivos, métodos e procedimentos adotados, proporcionando ao leitor o esclarecimento a respeito do tema do trabalho, bem como a explicação de como será feita a divisão do texto em seus capítulos e seções. Entretanto, sob o risco de comprometer o caráter direto e sucinto necessário a essas páginas introdutórias, considerei conveniente não deixar de contar uma outra história que talvez permita uma melhor compreensão do trabalho realizado aos que, por dever do ofício, pousem os olhos sobre as linhas que se seguem.

Há alguns semestres, já concluída a primeira metade do curso de graduação em História, comecei a interessar-me por um contato mais aproximado com o fazer historiográfico. Ao expor esse interesse a um companheiro de universidade, fui orientado a tentar integrar um grupo de pesquisa. Segundo ele, que já tinha experiência como bolsista de iniciação científica, a realidade de um grupo de pesquisa potencializava, qualificava e padronizava o processo de produção acadêmica. A dica foi prontamente acatada e fui em busca do *meu* grupo de pesquisa. Logo uma dúvida se apresentou: que professor procurar? Até aquele momento todos os professores haviam se apresentado amigáveis, atenciosos e provocadores no que se refere ao estímulo para o debate acadêmico, o que traduz a, há muito reconhecida, excelência do corpo docente do Departamento de História da PUC-Rio. Entretanto, uma professora em especial me suscitava interesse.

Já havia sido aluno de Margarida de Souza Neves nas disciplinas de Tutoria I e História do Brasil III e nas duas oportunidades, sua didática, bem como a ênfase de seus estudos em História do Brasil, me seduziu e provocou. Sabedor de que além de professora do departamento, Guida, como é carinhosamente chamada por todos que a cercam, coordenava um grupo de pesquisa, resolvi ter com ela e demonstrar meu interesse. Foi com grande decepção que a ouvi dizer que não poderia me aceitar como bolsista do projeto por ela coordenado, pois cursava um período por demais

avançado. Entretanto, logo em seguida, o convite que me fez contente e honrado: entrar para a equipe, na condição de voluntário. O *sim* balbuciado acompanhado de um forte aperto de mãos marcou o início de um novo canal de troca com a professora Margarida. Em lugar da relação professora-aluno emergia a relação orientadora-orientando.

Se foi como voluntário que iniciei minha participação no projeto *Em defesa da sociedade? Epilepsia e propensão ao crime no pensamento médico brasileiro. 1897-1957*, rapidamente percebi, entretanto, que o caráter volitivo da minha nova condição de integrante de equipe de pesquisa se esvaecia a cada reunião. As obrigações surgiam e, entre elas, a de desenvolver um sub-tema que dialogasse com o projeto. O tempo passava, nenhum sub-tema, a angústia adquiria contornos mais acentuados. Ansiava por um objeto que me permitisse investigar o pensamento médico sobre a epilepsia em sua relação com a noção da defesa da sociedade, mas nada surgia a partir das atividades que então desenvolvia. Eis que ocorre o que considere ser *a* serendipidade...

Serendipismo tem sua origem na palavra inglesa *serendipity*, criada no século XVIII por Horace Walpole. O romancista inglês se baseou no conto do veneziano Michele Tramezzino, *Os três príncipes de Serendippo*¹, que conta as aventuras dos filhos do rei Giaffer, de Serendippo (atual Sri Lanka). No texto quinhentista, os apuros e desafios impingidos aos príncipes eram superados a partir de descobertas inesperadas, advindas do mais absoluto acaso, mas que só eram percebidas devido à sagacidade dos príncipes. E foi assim, acreditando ser uma serendipidade, que encontrei o Pavilhão-escola Bourneville².

¹ *Peregrinaggio di tre figliuoli del re di Serendippo*, no original, foi publicado em Veneza, no ano de 1557. Tramezzino alega, contudo, que a história se inspira em um conto persa do século XIII.

² Ao considerar o processo de definição do tema como uma possível *serendipidade*, me inspirei na apropriação do termo feita por Ana Maria Gonçalves que é por ela explicitada no prefácio de seu romance *Um defeito de cor*. Fui apresentado à obra de Gonçalves em um dos seminários apresentado pela professora Heloísa Serzedello Corrêa, integrante do projeto *Em defesa da sociedade? Epilepsia e propensão ao crime no pensamento médico brasileiro. 1897-1957*.

Na época estava matriculado no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cursava-o em concomitância com o de História. Um certo dia, cruzava um dos longos corredores daquela universidade quando ouvi chamarem por meu nome. Era o Sr. Jorge, funcionário antigo da instituição e grande amigo; convidava-me para um café em sua sala. Convite aceito, entabulamos conversa sobre os mais diversos temas. Após sorver mais um gole de café, ele me falou sobre um grande número de cópias de teses e dissertações antigas que seriam descartadas pela Faculdade de Educação devido à falta de espaço adequado para seu armazenamento. Em seguida, Sr. Jorge sugeriu que eu fosse até a sala onde estava o material para dar uma *olhadinha*: – *Pode ter algo de seu interesse*, vaticinou.

O chão da tal sala estava coalhado de cópias de antigos trabalhos do programa de pós-graduação em Educação da UERJ. Centenas de dissertações e teses estavam ali, empilhadas, aguardando por um destino que, por certo, em nada condizia com os esforços a elas dedicados. Norteado por interesses concernentes às disciplinas do curso de pedagogia, saquei daquelas pilhas seis trabalhos. Os temas eram bem variados, iam desde a experiência de alunos nordestinos nos cursos de educação de jovens e adultos, bem como de alunos negros nas séries iniciais de escolas públicas, até as possibilidades articuladas pela força criadora da estética no cotidiano escolar. Em casa, folheei o material coletado com olhar mais acurado sem, ao final, encontrar nada que diretamente satisfizesse meus interesses.

Entretanto, em meio a todas aquelas páginas, algo que não esperava inicialmente havia emergido. Era o estudo, do ano de 1998, que tinha como objeto o método pedagógico de uma escola para as crianças internadas no Hospício Nacional de Alienados do Rio de Janeiro. A autora, Tânia Pedroso Müller, que define o limite temporal de seu trabalho entre as duas primeiras décadas do século XX, identifica a experiência dessa escola como um protótipo da educação especial no Brasil. Entre os anexos da dissertação, um prontuário médico oferecia informações sobre um menino, de nome Augusto, que, através da Repartição Central da Polícia, havia dado entrada

ao Pavilhão-Escola Bourneville no dia 19 de agosto de 1909. Na única fotografia constante no documento, o menino está sentado numa cadeira de madeira, veste uma camisa branca de mangas compridas (parte do uniforme, saberia depois), seu olhar desvia da objetiva e a boca encontra-se semicerrada. A mão esquerda de um adulto fixa a cabeça de Augusto para o registro fotográfico, os brancos e longilíneos dedos apoiados na parte superior do crânio do menino indicam contribuir para o desconforto expresso em seu semblante. Na escrita apressada, o diagnóstico duplamente estigmatizante: *epilepsia e imbecilidade*.

149

N. 17

Hospício Nacional de Alienados

Nome *Augusto (menor)* Sexo *Masculino* Nacionalidade *Brasil* Idade *12 anos* Estado civil *Solteiro* Profissão *Não tem* Residência *Hospital de Alienados* Procedência *Hospital de Alienados* Internante *Epilético* Entrada *19 de Agosto de 1903* Diagnóstico *epilepsia e imbecilidade*

MATRICULA-SE

Director *Julianus M.*

Matriculado a fl. *165* do livro *12* Numero de ordem geral *17078*

Em *4* de *Outubro* de *1903* Numero de ordem annual *679*

Secretaria do Hospício Nacional de Alienados

Alta em *2* de *Novembro* de *1903* Faleceu em *2* de *Novembro* de *1903*

O auxiliar *[assinatura]* O enfermeiro *[assinatura]* O medico *[assinatura]*

O Director *[assinatura]*

Parte do prontuário de um interno do Pavilhão-Escola Bourneville (Augusto).

Cf. Tânia Mara Pedroso MÜLLER, 1998.

O que no texto de Müller era apenas uma informação sem maiores implicações para o desenvolvimento de sua tese central adquiria em minha leitura um significativo relevo: a seção de crianças do Hospício Nacional de Alienados asilava crianças diagnosticadas como epiléticas. Tudo parecia apontar para a possibilidade de desenvolver um sub-tema que dialogasse com o projeto coordenado pela Guida. Ajustados os pressupostos metodológicos e as hipóteses, teria, enfim, um objeto para chamar de meu. E melhor – a euforia e a ingenuidade me dominavam àquele momento –, inédito, considerando a perspectiva da história social da saúde e da doença no Brasil³. Aquele acaso me fez sentir como um dos sagazes filhos do rei Giaffer.

Tolo engano. O avançar da pesquisa desvelou o não ineditismo do, até então, *meu* objeto. Outros já haviam se debruçado sobre o Pavilhão-Escola Bourneville e pousado sobre ele um olhar historicizante. Meu objeto estava maculado, outras mãos o buliram. Pior, aqueles estudos de muito mais fôlego, comparados ao exigido à uma monografia de final de graduação (já era esse o projeto definido), faziam de mim um intruso a plagiar, com uma historieta, trabalhos já realizados. Frustração. Não houvera descoberta nem serendipidade. Perceber-me não mais como um príncipe sagaz, por certo, causou-me menos desamparo do que reconhecer a iminente perda do meu sub-tema. Teria que descartá-lo? Foi numa noite chuvosa e de longas leituras que Jacques Revel respondeu-me negativamente:

*mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável)*⁴.

³ Para uma melhor compreensão do processo de consolidação das linhas e grupos de pesquisa em história social da saúde no Brasil consultei Margarida de Souza NEVES. *Ciência e preconceito. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1859-1906*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Departamento de História, 2004. (Projeto de Pesquisa). (mimeo)

⁴ Jacques REVEL. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. P 20.

Pousei o livro do historiador francês em cima da mesa e me pus a considerar o que acabara de ler. Revel salientava que toda escolha oferece caminhos para o conhecimento, e o recorte de uma pesquisa não significaria apenas a variação do tamanho do objeto, mas sim uma modificação em suas possibilidades. Nesse sentido, a abordagem por mim feita do Pavilhão-Escola Bourneville faria dele um outro objeto, considerando o aumento da escala. Seria possível? Não estaria eu recorrendo a um mau uso do argumento de autoridade, oferecido pelo grande historiador francês? Essa insatisfação me fez revolver o material bibliográfico levantado, queria identificar mais claramente seus diferentes denominadores.

Em *A primeira escola especial para crianças anormais no Distrito Federal – O Pavilhão Bourneville do Hospício Nacional de Alienados (1903-1920): uma leitura foucaultiana*, Müller objetiva desvendar a *finalidade estratégica* de uma *educação especial* no Rio de Janeiro, no período de 1903 a 1920⁵. De forma distinta, a dissertação de mestrado de Renata Prudêncio da Silva, apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, busca perceber o *modo* pelo qual a infância passou a ser um objeto da ciência psiquiátrica e das políticas públicas no início do século XX⁶. Por fim, Lilia Ferreira Lobo, no livro *Os infames da história, pobres, escravos e deficientes no Brasil*, especialmente no capítulo “A inclusão institucional”, se concentra nas descontinuidades que definem os diferentes modos de objetivação dos sujeitos (incluindo as crianças) passíveis de identificação como deficiente, bem como nos processos de construção dos *eixos de formação dos padrões de normalidade*⁷.

Essa revisão me fez concluir que não deveria temer o que, na verdade, se consistia em um significativo referencial bibliográfico, ou antes, em uma rica

⁵ Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *A primeira escola especial para crianças anormais no Distrito Federal – O Pavilhão Bourneville do Hospício Nacional dos Alienados (1903-1920): Uma leitura foucaultiana*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. (Dissertação de Mestrado), 1998, p.13.

⁶ Renata Prudêncio da SILVA. *Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. (Dissertação de Mestrado). P. 14.

⁷ Lilia Ferreira LOBO. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2008. p.25.

interlocução. Novamente confiante na viabilidade de minha abordagem, que busca compreender como, ao internar as crianças consideradas anormais em geral, e as crianças com epilepsia em particular, o saber médico, interligado a outros saberes, notadamente o policial, promovia o controle e a ordenação do espaço urbano, ao mesmo tempo em que pretendia reprimir a criminalidade, dei prosseguimento à pesquisa e iniciei a monografia que agora apresento em sua estrutura.

No primeiro capítulo, “*Casa de Sofrimento: a morada dos mortos da vida*” me volto para as impressões, colhidas dos periódicos como *O Correio da Manhã*, *Jornal do Commercio*, *A Noite*, em relatórios apresentados ao Ministério de Justiça e Negócios Interiores, ao qual o hospício era subordinado, ou ainda, relatórios do próprio chefe daquele ministério acerca das condições administrativas do Hospício Nacional dos Alienados pouco antes da criação do Pavilhão-Escola Bourneville. Com base nessas impressões, tomo o hospício como um campo de luta que demanda um corpo cientificamente especializado de administradores. Para uma melhor compreensão analítica, essa ambiência é entendida, a partir da contribuição de Pierre Bourdieu, como um *campo*, ou sistema, ou ainda um espaço estruturado de posições. Uma instancia de disputas entre os diferentes agentes que ocupam posições diversificadas. O embate se dá em torno da apropriação de um capital específico do campo – o monopólio do capital científico – ou pela preponderância na redefinição daquele capital.

No segundo capítulo, “*Para crianças retardadas, hípidas e epiléticas: o serviço médico pedagógico do Pavilhão-Escola Bourneville*”, destaco as características daquela seção que tornam possível defini-la como espaço especializado para o tratamento de crianças com problemas mentais e como laboratório de iniciativas inovadoras de educação lastreadas pelos preceitos teóricos de Desiré-Magloire Bourneville. Entretanto, demonstro que, mesmo inspirado pelo médico francês, o responsável pela seção de crianças do hospício, o médico pediatra Antônio Fernandes Figueira, discordava quanto à finalidade ressocializadora proposta por Bourneville. Figueira considerava que o tratamento médico-educativo não deveria

culminar com o reingresso do indivíduo à sociedade. A internação deveria ser perpétua. Para uma análise teórica acerca dos processos de internação e tratamento das crianças asiladas utilizei a contribuição de Michael Foucault. Nessa perspectiva, considerei o tratamento oferecido pelo Pavilhão-Escola Bourneville através da noção de *controle* uma vez que ao aliar isolamento e educação para as crianças consideradas anormais, visava não tanto à cura quanto a vigilância e a eliminação das possibilidades de convívio social.

No terceiro capítulo, “*Epilepsia: diagnóstico ou acusação?*”, pretendi focalizar as crianças submetidas aos diversos poderes e saberes destinados à ordenação da sociedade. Nesse sentido, os prontuários disponíveis para consulta relativos à seção de crianças, bem como as guias policiais, se constituem num conjunto documental que permite sintetizar o aspecto multifacetado das formas de percepção, interpretação, identificação, classificação, tratamento e controle dessas crianças no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX. Convém destacar que, segundo pude aferir, a epilepsia aparece na documentação de esquadrinhamento médico-policiaI menos como realidade do que como categoria de acusação, utilizada e acionada em diferentes situações.

O desenvolvimento de uma pesquisa em história geralmente implica consultas a acervos documentais. Destaco a seguir os mais importantes para meu trabalho. De início, aponto o arquivo do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB), ligado a Universidade Federal do Rio de Janeiro, *campus* Urca. Lá pude consultar a documentação relativa ao Pavilhão de Observações Clínicas do Hospício Nacional de Alienados. Criado pelo decreto Nº 1553 de sete de outubro de 1893, o Pavilhão de Observações tinha a finalidade de acomodar os suspeitos de alienação mental⁸. Todos os que chegavam ao Hospício Nacional de Alienados passavam por uma triagem que era efetuada por esta seção. Os registros médicos gerados durante o período em que

⁸ O mesmo decreto também ampliou o número de médicos no hospício e incluía os cargos de oftalmologista e diretor sanitário, cf. Ana Teresa A. VENÂNCIO. “Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil”. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. vol.10 no.3 Rio de Janeiro Set./Dez. 2003.

os pacientes lá permaneciam se encontram hoje preservados na Biblioteca Professor João Ferreira da Silva Filho, vinculada ao IPUB. Todo esse material se encontra encadernado ou, segundo informa a responsável pelo acervo, Cátia Mathias⁹, reencadernado, à partir do ano de 2005, pelo Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI). Contudo, há muito trabalho a ser feito e parte do material, que conta com aproximadamente 600 livros e abarca um período que vai de 1896 a 1950, sofre com a deterioração.

Um diagnóstico mais acurado dos suspeitos de alienação deveria ser feito pelos médicos do Pavilhão de Observações Clínicas. Os que chegavam ali, em geral trazidos das ruas pela polícia, eram observados e avaliados por até 15 dias antes de serem transferidos definitivamente para o hospício. Se o quadro de alienação fosse comprovado, ocorria a transferência. Se não, eles recebiam alta. A partir da Lei de Assistência aos Alienados do ano de 1903, as observações clínicas (em sua maioria registrada nos prontuários) feitas pelos médicos durante este período passaram a ser confeccionadas nos *Livros de Observações Clínicas*, cumprindo assim o objetivo de formalizar o registro dos pacientes¹⁰.

As informações colhidas nos jornais e revistas consultados na Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional foram de grande utilidade para a compreensão de como o debate médico transbordava as fronteiras do campo científico e ganhava as arenas não especializadas como os jornais *A Notícia*, *A Noite*, o *Jornal do Commercio*, a revista *Kosmos*. Convém destacar que foi a partir da consulta a essa documentação que fui apresentado um Olavo Bilac cronista. Nesse sentido, a refinada pena do príncipe dos poetas se encharca de tinta cronística e oferece uma visão do hospício que mira sutilezas outras e situações que escapam ao olhar técnico dos

⁹Uma pequena entrevista com a bibliotecária pode ser encontrada em Camilla MUNIZ. “Preservando memórias”. In: *Olhar Virtual*. Edição 245 de 14 de abril de 2009. disponível em http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id_edicao=245&codigo=1, último acesso em 22 julho de 2009.

¹⁰ Cf. Mônica da Rocha Oliveira CHEINAUX. *Discurso e Prática Psiquiátrica no Rio de Janeiro (1896-1906): um estudo dos prontuários do Pavilhão de Observações do Hospício Nacional*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

médicos. Sua prosa convida os leitores a um passeio por um hospício pululante de cores, luzes, odores e sons.

Outro acervo recorrentemente consultado para este trabalho foi o do *Center for Research Libraries* (CRL), entidade estadunidense sem fins lucrativos organizada em um consórcio de diversos centros de ensino e pesquisa para a aquisição, preservação, digitalização e divulgação, pela rede mundial de computadores, de documentação das mais variadas regiões do globo. Na coleção “Brazilian Government Documents” encontram-se *publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil entre os anos de 1821 e 1993*. Foi nesse fundo que acessei os relatórios ministeriais da pasta de Justiça e Negócios Interiores¹¹. Já no Arquivo Nacional, alguns documentos da *Série Justiça*, da *Série Educação* e da *Série Saúde* me permitiram complementar algumas informações oficiais preponderantemente coletadas no *site* do CRL.

Por fim destaco o Arquivo do Instituto Municipal Juliano Moreira (IMJM), que cuida da documentação do Hospício Nacional de Alienados e, por conseguinte, do Pavilhão-Escola Bourneville. O acesso a esse acervo apresentou dificuldades maiores do que aos demais. Primeiramente, sua localização exigia um desgastante deslocamento desde o bairro da Gávea, na Zona Sul, onde fica a PUC-Rio, até Jacarepaguá, na Zona Oeste, onde fica o IMJM. As várias viagens em direção ao acervo eram particularmente inquietantes uma vez que moro em Jacarepaguá. Entretanto, obrigações na universidade (aulas, reuniões), não raro, exigiam de mim esse movimento pendular que fazia do IMJM algo tão perto e, ao mesmo tempo, tão longe.

Outra dificuldade encontrada foi a série de avaliações à qual meu projeto de monografia teve que ser submetido para que fosse autorizado o acesso à documentação solicitada. Nesse sentido, o Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), órgão do Ministério da Saúde, exigia-me dados que localizassem

¹¹ Cf. www.crl.edu/brazil/ministerial, último acesso em 10 de novembro de 2009.

institucionalmente minhas pretensões. Tive que iniciar, com a orientação e participação da professora Margarida, uma verdadeira odisséia que nos consumiria toda uma tarde e envolveria o preenchimento de um formulário que solicitava números telefônicos, endereços, CPF's, CNPJ's, e assinaturas, inclusive do padre Reitor Jesus Hortal Sánches! Cumpridos esses trabalhos hercúleos, os deuses decidiram cooperar. O projeto foi aprovado pelo CONEP, e as etapas seguintes deveriam cumprir as exigências específicas do Instituto Municipal Juliano Moreira. Nessa fase devo salientar o cuidado e a atenção dispensados por todos daquele instituto que viabilizaram, enfim, meu acesso aos documentos do Pavilhão-Escola Bourneville.

Talvez o maior desafio encontrado nessa pesquisa foi o contato com os prontuários contidos no conjunto de documentação relativo à seção de crianças do Hospício Nacional de Alienados. Difícil descrever a sensação de ter em mãos aqueles papéis que contavam os infortúnios de meninos e meninas que, aos olhos de determinado grupo de médicos e policiais, eram considerados anormais e perigosos. A experiência de desencaixotar e trazer à luz, durante alguns momentos, o que possivelmente sejam os únicos registros da turva existência dessas crianças ocasionou em mim uma contraditória sensação. Se por um lado me incomodava com a idéia de perturbar o sono dos que, mortos, repousavam no fundo de sua obscuridade, de outro me sentia de alguma forma privilegiado por, certamente, ser um dos poucos que pousaram os olhos naqueles papéis que registram, além de *existências infames*¹², o tempo vivo da história. Esses ensaios como pesquisador me apresentaram à uma história encarnada que me desafiava, seduzia e encantava. Creio que nesse trecho do livro *A História continua*, Georges Duby, mesmo falando de suas experiências como historiador, me ajuda a traduzir em boa parte as minhas em seu *début*.

eu estava sozinho. Conseguira finalmente que trouxessem uma caixa de papelão, que foi depositada sobre uma mesa. Abri-a. Que encontraria lá dentro? Retirei um primeiro maço de documentos. Desamarrei-o enfiando a mão por entre as peças de pergaminho. Tomando uma delas, desenrolei-a, e toda esta operação já implicava um certo prazer: não raro essas peles são

¹² Lília Ferreira LOBO: *Op. Cit.*, p.17.

*de contato extraordinariamente suave. Soma-se a impressão de estar entrando num local reservado, secreto. Desamassadas, estendidas, essas folhas parecem exalar no silêncio o perfume de vidas há muito extintas. É verdade que permanece das mais fortes a presença do homem que, oitocentos anos antes, tomou uma pena de ganso, mergulhou-a em tinta e começou a alinhar as letras, calmamente, como que gravando uma inscrição para a eternidade, e o texto lá está, diante de nós, em todo o seu frescor. Quem mais terá posto os olhos nessas palavras desde então? Quatro ou cinco pessoas, no máximo.*¹³

Para os que, como eu, ora iniciam no ofício e tem como lastro a produção de grandes historiadores como Duby, considero ser um grande privilégio a oportunidade de embarcar por essas veredas. Ainda que hoje sejam minguados os momentos em que os toques se fazem suaves – conforme o descrito pelo historiador francês – devido às luvas de látex que, não raro, temos que usar para manusear os documentos, a pesquisa em história insiste em fascinar e seduzir. Assim, e aproveito pra mais uma vez me apropriar de Duby, reafirmo o prazer em percorrer o fio de uma história que, mesmo emersa de tramas, por vezes tão tristes, se apresenta diante de nós viva, em todo o seu frescor.

¹³ Georges DUBY. *A História continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. P. 27-28.

1

Casa de Sofrimento: a morada dos mortos da vida

Um grito *violento* ressoa na noite clara, a cidade parece deserta. Numa *melopéa arrastada*, o mar *vozeava* na Praia da Saudade de um jeito *rouco e lamentoso*. Em resposta ao primeiro, outro grito, dessa vez *medonho, de fera, horripilante*. A luz do luar era *fantástica*, derramava-se nas *calçadas como uma toalha de neve luminosa*. Logo se sucederam outros gritos retalhando o ar. Assustados, *correndo, com os cabelos eriçados, e com a alma cheia de horror*, cinco rapazes, sentindo decrescer atrás deles o clamor dos loucos, se afastam da *Casa de Sofrimento*.

Aquela noite iniciara *em torno de uma mesa de restaurante*, na qual os sonhos e anseios, concernentes à *idade dos convivas*, eram ditos *em prosa e verso*. Era uma noite de *maluquice romântica*, como, não raro, eram as noites dos jovens embevecidos pela boemia carioca no ocaso do século XIX, e o grupo de rapazes, após a ceia, entabulara, sob o embalo do romantismo característico dos dezoito anos, uma *conversa desvairada*. Ao saírem do restaurante, ainda com as almas agitadas, o grupo resolveu seguir a sugestão do *mais exaltado: como seria belo, agora, um passeio à praia da Saudade! Oh! Ver o hospício, sob este luar...* E assim seguiram *a pé*, sob o testemunho do *luar divino*, empenhados em saciar a sede por *peregrinações*, aguçada pelos *Cantos de Childe Harold*, do poeta inglês Lord Byron¹⁴.

Foi na região entre os morros da Babilônia e do Pasmado que, *àquela hora mansa da noite*, o grito *sacrílego* de um dos boêmios encontrou respostas vindas de dentro daquele prédio *branco e sinistro*. Esse esdrúxulo diálogo, o qual, de um lado, um grupo de jovens embalados pelo *excesso de romantismo*, de outro, a *triste casa*,

¹⁴ *Childe Harold's Pilgrimage*, ou a *Peregrinação de Childe Harold* é um dos principais trabalhos de Byron. A obra, composta de quatro cantos escritos entre 1811 e 1818, narra as andanças, os amores e os desencantos de um herói que peregrina por regiões da Europa, como a Península Ibérica, Albânia e Grécia, as quais tem sua natureza minuciosamente descrita. Byron influenciou a obra de muitos artistas e literatos mundo afora e, no Brasil, influenciou os escritos de Álvares de Azevedo, Fagundes Varela, entre outros. Cf. Fagundes VARELA. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Edições Skiper, s/d.

povoada de sonhos alucinados, marcou a primeira vez em que Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac, um dos cinco rapazes, se aproximou do Hospício Nacional dos Alienados¹⁵.

É através de um artigo publicado em 1905¹⁶ que Olavo Bilac descreve suas impressões sobre as mudanças sofridas pela instituição através dos anos. Nos informa que o *horror* e a *dolorosa angústia* compartilhada com seus companheiros de juventude em busca de *aventuras longas e terríveis* voltou a se repetir invariavelmente em outras visitas *em diferentes épocas*.

Convém, entretanto, destacar que a situação do hospício não era a única a suscitar críticas dos homens públicos da época. Em publicação de 1886, referente ao Asilo de Mendicidade, o já renomado lente da cadeira de clínica psiquiátrica e de moléstias nervosas da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Teixeira Brandão, primeiro médico-psiquiatra a dirigir o Hospício Pedro II de 1886 a 1897¹⁷, expõe sua repugnância pela *empestada atmosfera do asilo*¹⁸. Assim como nas lembranças do cronista¹⁹ acerca do hospício, a pena do médico recorre à imagem do dissonante coral de gritos para descrever o heterogêneo grupo de internos do asilo, no qual se incluíam alienados:

¹⁵ O episódio relatado por Bilac, considerada a idade enunciada e sua data de nascimento (1865), ocorreu aproximadamente na primeira metade da década de 1880, época na qual a instituição ainda se chamava Hospício de Pedro II. O Decreto 142-A de 11 de janeiro de 1890, além de desanexá-la do Hospital da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, define seu novo nome, Hospício Nacional de Alienados.

¹⁶ Olavo BILAC, “No Hospício Nacional”. IN: *Kosmos Revista Artistica, Scientifica e Litteraria*. Rio de Janeiro, ano 2, fevereiro de 1905.

¹⁷ Cf. Jurandir Freire COSTA. *Historia da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980. P.22.

¹⁸ Com a finalidade de regulamentar o Asilo de Mendicidade, o Decreto nº 9274 de 6 de setembro de 1884, portanto, coetâneo ao primeiro contato de Bilac com o hospício, define no quarto parágrafo de seu primeiro artigo, que receberá em suas dependências *os idiotas, imbecis e alienados que não forem recebidos no Hospício de Pedro II*. Encontramos assim, um indício de que o hospício apresentava limitações no que se refere à sua capacidade de suprir as demandas de internação.

¹⁹ Consideramos aqui Olavo Bilac a partir de sua produção como cronista. Para uma abordagem que privilegia essa dimensão do literato cf. Marta Eymael Garcia SCHERER. *Bilac - sem poesia. Crônicas de um jornalista da Belle Époque*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Dissertação de Mestrado em Literatura.

*No meio de toda dessa confusão de indivíduos [...] misturam-se, como se fora uma ironia da sorte, os brados da alegria insana com os gemidos dos que sofrem, a gargalhada alvar do idiota com os soluços plangentes do velho abandonado, os gritos da criança, prenúncios do alvorecer da vida, com os suspiros arquejantes daqueles que vão dela*²⁰.

A relação entre insanidade e um comportamento que se manifesta numa desordenada mistura de manifestações que vai do choro ao grito, do canto ao riso também pode ser encontrada em obras literárias, entendidas aqui como dimensão representativa da situação social que as determinam²¹. Em *O Quinze*, romance que descreve os efeitos da seca ocorrida no ano de 1915 sobre a população rural do Ceará, Rachel de Queiroz produz a seguinte imagem em um momento no qual um de seus personagens viaja em um trem que liga a capital ao sertão:

*Dez minutos mais, e o Asilo de Alienados mostrou, num claro, entre mangueiras, a fachada branca da capela. Dona Inácia ouviu vagamente, misturados ao barulho das rodas e ao resfolegar da máquina, dois ou três gritos agudos e um fragmento de canção*²².

No soneto *A louca*, o poeta Augusto dos Anjos, notabilizado por incluir e resemantizar o vocabulário científico em sua obra²³, descreve assim o comportamento da moça *morta em vida*: [...] *E hoje, para guardar a mágoa oculta,/ Canta, soluça - coração saudoso,/ Chora, gargalha, a desgraçada estulta*²⁴. O próprio Olavo Bilac em uma das suas mais destacadas poesias, *Via Láctea*, define: *Que é dos loucos somente e dos amantes/ Na maior alegria andar chorando*²⁵.

Lima Barreto constrói uma imagem distinta acerca do que considerava a *idéia popular da loucura*, talvez pela proximidade com a experiência daqueles considerados alienados. Passou parte de sua juventude na Ponta do Galeão, na Ilha do

²⁰ Teixeira BRANDÃO. *Os alienados do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1886. P.84.

²¹ Cf. Fábio LUCAS. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

²² Rachel de QUEIROZ. *O quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987. P.103.

²³ Ubiratan Machado PINTO. Sobre a catarse de Augusto dos Anjos. IN: *Nau Literária. Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas*. Porto Alegre. Vol. 03, nº2, jun/dez 2007.

²⁴ Disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/augus.html>, último acesso em 12/02/2009.

²⁵ IN: Afonso Telles ALVES. *Antologia de poetas brasileiros*. São Paulo: Ed. Logos, 1960. P.107.

Governador, área das Colônias de Alienados São Bento e Conde de Mesquita, nas quais seu pai, João Henriques, trabalhou como almoxarife. Além disso, em 1902 João passa a apresentar os primeiros sinais da loucura que o acompanharia até o fim de sua vida. O próprio romancista chegou a ser internado por duas vezes no Hospício Nacional dos Alienados, por motivo de alcoolismo. Nesse sentido, mesmo que compreendesse o prédio tal qual *uma sepultura em vida*, Barreto não relacionava a alienação mental com a confusão de emoções, ao contrário, todo o *horror da loucura* era descrito como um conjunto de fenômenos *perfeitamente naturais*:

Só o nome da casa metia medo. O hospício! [...] Com que terror, uma espécie de pavor de coisa sobrenatural, espanto de inimigo invisível e onipresente, não ouvia a gente pobre referir-se ao estabelecimento da Praia das Saudades. Entrava-se, viam-se uns homens calmos, pensativos, meditados, como monges em recolhimento e prece. De resto, com aquela entrada silenciosa, clara e respeitável, perdia-se logo a idéia popular da loucura; o escarcéu, os trejeitos, as fúrias, o entrechoque de tolices ditas aqui e ali. Não havia nada disso; era uma calma, um silêncio, uma ordem perfeitamente naturais²⁶.

De acordo com Bilac²⁷, *artigos alarmantes da imprensa* motivaram-no, já como renomado literato e cronista da revista *Kosmos*, a *percorrer a Casa de Loucura* outras vezes. Nessas oportunidades deparava-se com um cenário no qual *tudo respirava miséria e abandono*. Retornava sempre dessas inspeções tal como voltasse *de uma visita ao inferno*, e expunha as impressões do que encontrava:

A casa era suja e sombria; as enfermarias acanhadas e escuras; os loucos dormiam, ao acaso, atirados pelo chão; as roupas eram velhas e esfarrapadas; a comida era péssima; e o tratamento médico, se já não era o mesmo que o grande Pinel, em 1792, foi encontrar praticado nos hospícios franceses, era ainda uma bárbara e retrógrada mistura de inépcia e brutalidade: quarto forte, duchas e camisa de força.²⁸

²⁶ Cf. Lima BARRETO. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Klick Editora, 1997. P.58. Para uma biografia de Lima Barreto ver Francisco de Assis BARBOSA. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/INL-MEC, 1975.

²⁷ Olavo BILAC. *Op. cit.*

²⁸ Artigo não paginado.

Alguns jornais da época publicavam artigos que não apenas alarmavam o poeta, mas também coincidiam com as suas descrições. Na edição de 02 de fevereiro de 1902, o *Jornal do Commercio* publicava uma grande reportagem na qual denunciava a persistência do *lamentável estado a que foi reduzido o Hospício Nacional de Alienados*. A reportagem destaca o agravamento dos *estragos materiais* observado com o tempo. Entretanto, o foco central da reportagem não é o aspecto material do hospício. O destaque é dado para um episódio específico: o desfalque efetuado por Oscar Adolpho da Costa Braga, ex-almoxarife do estabelecimento.

Segundo a denúncia, o desfalque era *consequência da má administração* do Dr. Dias Carneiro, então diretor do hospício²⁹. Carneiro era descrito como um homem frágil e incapaz de exercer uma *fiscalização devida* sob as atividades administrativas. *Bonomia natural, idade avançada, padecimentos físicos e confiança quase cega* em seus subordinados compunham o perfil do diretor, que, *afadigado com o peso dos seus 30 anos de serviço, facilmente abdicava de si mesmo e de suas responsabilidades em favor alheio*. A vulnerabilidade apresentada por Carneiro permitiu que, aos poucos, o almoxarife se tornasse o diretor *de fato* do serviço administrativo³⁰: *Ele se entendia diretamente com os fornecedores; nomeava e demitia empregados; recebia e despachava os inspetores do serviço do hospício; em suma, [...] Oscar Braga era o alter ego do Dr. Dias Carneiro*.

A facilidade em *captar a confiança do diretor* resultava do *тино* de Costa Braga, além do fato de ser ele filho de *um antigo conhecido* de Carneiro. Quanto ao desfalque, este foi descoberto por obra do *acaso*:

Tendo que prestar informações ao Sr. Ministro do Interior acerca do produto dos aluguéis dos prédios do hospício, [Carneiro] pediu essas notas

²⁹ Pedro Dias Carneiro esteve à testa do Hospício Nacional de Alienados de 1897 a 1902; cf. Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *A primeira escola especial para crianças anormais no Distrito Federal – O Pavilhão Bourneville do Hospício Nacional dos Alienados (1903-1920): Uma leitura foucaultiana*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. (Dissertação de Mestrado). P.69.

³⁰ Oscar Adolpho da Costa Braga foi nomeado para o cargo no dia 03 de abril de 1899. Cf. Relatório no MINISTRO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES 1899 E 1900, p. 289. Documento apresentado ao Presidente da República pelo Ministro Eptácio Pessoa em março de 1900, disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd>, último acesso em 22 de julho de 2009.

*ao almoxarife, e como ele não lhe as prestasse com a prontidão necessária, foi ao cofre, para verificar pessoalmente, tendo então a surpresa de encontrar os invólucros violados e quase vazios*³¹.

Contudo, mesmo comprovado o desfalque, o *funcionário delinquente* não foi punido. Considerado *irresponsável* devido a uma *perturbação mental* que o acometia, Costa Braga foi afastado do cargo e sua família conseguiu ressarcir a *importância total do dinheiro subtraído*. A reportagem não levanta dúvidas acerca da *insanidade* do ex-almoxarife, chegando, inclusive, a descrever um insólito episódio que a confirmaria.

Assim que o desfalque veio à tona, Costa Braga foi recolhido à Repartição Central da Polícia. Em uma das noites de cárcere, após um dia de forte calor, o ex-almoxarife, percebe que os agentes que deveriam vigiá-lo, bem como aos demais detidos, *dormiam a sono solto*. Astuto, Braga segue em direção à rua, toma *um tálburi que passava* na hora e ordena *calmamente* ao cocheiro que seguisse para sua casa, localizada na rua da Piedade, no bairro de Botafogo. Com grande *espanto* foi recebido pela família e tratou de explicar-se, dizendo que ali estava com o intuito apenas de se banhar e tomar um café.

Após satisfazer suas vontades, tomou outro tálburi *mandando que o cocheiro seguisse para a Central*. Interceptado por agentes que a essa hora já haviam dado pela sua falta no cárcere, foi reconduzido à Repartição Central da Polícia sob a acusação de ser um fugitivo. Nada fazia com que os agentes acreditassem no retorno voluntário de Costa Braga à sua cela. Segundo a versão da guarnição de serviço aos seus superiores, ao determinar que o cocheiro seguisse para a Central, o ex-almoxarife se referia à Estação Central da Estrada de Ferro, na qual embarcaria num trem para *fugir da ação da polícia*. Por fim, e não avançando na controvérsia, o periódico considera

³¹ *Jornal do Commercio*, 02 de fevereiro de 1902. O regulamento do Hospício Nacional de Alienados, definido pelo decreto Nº. 3.244 de 29 de março de 1889 determinava em seu art.30, cláusula VIII, a apresentação anual das ocorrências técnicas e administrativas do estabelecimento ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

que esse episódio *é bem expressivo para provar qual o estado de espírito do ex-almoxarife*³².

Após a descrição do serviço administrativo, que andava *ao Deus dará*, a reportagem parte para a denúncia do estado de *abandono* o qual se encontrava o serviço médico-sanitário. Obsolescência dos métodos e teorias aplicadas no tratamento dos enfermos ali internados; estagnação das pesquisas científicas; mau funcionamento do serviço de farmácia; falta de camas e enxoval para os internos, são os itens citados pela reportagem. A ressalva é feita para o Pavilhão de Observação, que desfrutava de situação *incomparavelmente melhor* devida, principalmente, ao número *limitado* de internos e à capacitação dos que ali trabalham. Em todo o resto, o *desleixo* e a *decadência* eram tidos como claros e manifestos.

A situação era assim descrita pelo periódico:

*[...] os assoalhos luzidios, os metais reluzentes dão por toda parte uma impressão de asseio. Tal impressão, porém, é superficial, pois, de quando em quando, ao passar por um quarto forte, se sente o cheiro nauseabundo da latrina colocada ao nível do assoalho. O pessoal da casa replica ao visitante mal impressionado que ninguém sabe o que é lidar com doidos. De certo, cuidar de alienados não é coisa fácil; o enfermeiro de loucos precisa ser dotado de grande paciência; gente sem razão é gente sem regra. Mas o que não padece dúvida é que o serviço ininterrupto de bem entendida vigilância, a fiscalização constante e esclarecida pode criar um regime salutar para esses infelizes que são, por assim dizer, os mortos da vida, merecedores, por isso mesmo, do nosso carinho e nossa dedicação*³³.

O conjunto desses problemas era encarado pelo periódico como produto da *incompetência do Estado*. Contudo, o jornal referia-se especificamente à instância política administrativa do Distrito Federal, uma vez que adiante cita São Paulo como *prova brilhante* de como é possível oferecer um serviço psiquiátrico que *nada fica a*

³² Oscar Adolpho da Costa Braga foi demitido no dia 27 de janeiro de 1902, sendo na mesma data nomeado Euzébio de Queiroz Mattoso Maia para a vaga de almoxarife. Cf. Relatório no MINISTRO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES 1901 E 1902, p. 197. Documento apresentado ao Presidente da República pelo Ministro Sabino Barroso Junior em março de 1902, disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd>, último acesso em 22 de julho de 2009.

³³ *Jornal do Commercio*, op. cit.

dever ao que a Europa tem de melhor no gênero. Já o Rio de Janeiro tinha não um hospital ou um hospício, mas pura e simplesmente uma casa de detenção.

*A sorte dos infelizes privados da razão é a mais deplorável; tudo lhes falta. Mas o governo da República não pode assistir impassível a ruína daquele instrumento de caridade e de ciência. Urge providenciar para que voltemos a ter o que tínhamos há doze anos apenas*³⁴.

Não é apenas o *Jornal do Commercio* que destaca a urgente necessidade de melhoramentos para o Hospício Nacional de Alienados. No mesmo período, a *Gazeta de Notícias*³⁵ se convence de que esses melhoramentos devem ser *radicais* e *inadiáveis*. Destacando também o desfalque provocado pelo almoxarife, responsabiliza a cúpula administrativa do hospício. Seu diretor, Dias Carneiro, é definido pelo periódico, que ressalva seu caráter honorável e *bem intencionado*, como *homem fraco, cansado e sem espírito de iniciativa* e, conseqüentemente, incapaz de empreender as reformas que a *instituição está exigindo*.

O artigo reconhece as *dificuldades do momento* no que se refere à liberação de verbas para a adoção de *progressos* que coloque o Hospício de Alienados *em pé de igualdade com as melhores instituições similares dos países cultos*. Contudo adverte que *para tudo nesse mundo há um limite* e que ao negligenciar essas demandas, estaria o governo incorrendo em um *verdadeiro crime social*. No dia seguinte, o jornal *A Notícia*, em conformidade com os outros já citados, conclui a necessidade de se sanar os males do hospício *pela raiz*³⁶ através de *uma reforma radical*, sendo necessário, referindo-se ao caso do almoxarife, inclusive, *abrir um inquérito que apurasse a responsabilidade dos delinqüentes*.

³⁴ Idem. Não é objetivo desse trabalho analisar a imprensa cotidiana, contudo, cabe aqui notar que ao considerar o estado apresentado pelo Hospício Nacional de Alienados como sendo as ruínas do que se tinha *há doze anos*, o *Jornal do Commercio* sugere sua simpatia ou com o período no qual a instituição ainda era subordinada à Santa Casa de Misericórdia, ou ainda, e contraditoriamente, tomando como lastro o aspecto religioso, com o período da administração do anticlerical Teixeira Brandão.

³⁵ *Jornal do Commercio* 13 de fevereiro de 1902.

³⁶ *A Notícia*, 14 de fevereiro de 1902. *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.72.

Se artigos como esses provocaram alarme em leitores como Olavo Bilac, reação diferente não parece ter provocado em José Joaquim Seabra, então responsável pelo Ministério de Justiça e Negócios Interiores, o qual o Hospício Nacional de Alienados era subordinado³⁷. Em 12 de julho de 1902, Dias Carneiro é destituído do cargo de diretor do hospital, sendo substituído por Antônio Dias de Barros. No final deste ano, Seabra determina a criação de uma Comissão de Inquérito visando à inspeção das condições *da assistência a alienados no Hospício Nacional, devendo o inquérito abranger não só a parte técnica, mas também administrativa*. Além disso, a Comissão, composta pelo farmacêutico Francisco Manuel da Silva Araújo e pelos médicos Antônio Maria Teixeira, Egídio de Salles Guerra e Carlos Fernandes Eiras, deveria requisitar ao *Diretor do estabelecimento as providências e os esclarecimentos que dele dependerem e forem de mister para o bom desempenho dos trabalhos*, caso a solução escapasse à competência daquele funcionário, deveria, então, a Comissão dirigir-se ao ministério. Por fim, os levantamentos da sindicância indicariam *ao Governo os pontos merecedores de reparo e as medidas que, respectivamente, convenha tomar*³⁸.

³⁷ Seabra era baiano e teve um vasto currículo na vida pública, com cinco mandatos de deputado federal (1891 a 1893; 1897 a 1889; 1900 a 1902; 1909 a 1911; 1933 a 1937); uma vez vereador (1926); duas vezes governador da Bahia (1912 a 1916; 1920 a 1924); uma vez senador (1917 a 1920); professor da Faculdade de Direito do Recife nos últimos anos do Império; Ministro da Justiça e Negócios Interiores (1902 a 1906); Ministro da Viação e Obras Públicas (1910 a 1912); Ministro das Relações Exteriores – interino – (1902). Em 1922 foi candidato a vice-presidente na chapa *Reação Republicana*, encabeçada por Nilo Peçanha, derrotada por Arthur Bernardes. A praticamente ininterrupta presença de Seabra nas instâncias de poder – hiatos se deram em três momentos por motivo de exílio: em 1891 e 1893, quando se opôs ao governo de Floriano Peixoto, chegando a exigir seu *impeachment*; em 1926, durante o estado de sítio, no governo Arthur Bernardes – chegou a se tornar alvo de críticas e ironias. É na seção humorística *Pingos e Respingos* do jornal *Correio da Manhã* que encontramos a seguinte quadrinha: “*sai o cobre do tesouro/ (e ao sair não volta mais)/ sai do povo a pele, o couro/ só tu, Seabra, não sais*”, cf. Luiz EDMUNDO. *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Ed. Semente, 1986, p.406. Para um panorama da trajetória política de Seabra, ver Maria do Carmo Baltar Esnaty de ALMEIDA. *A Victória da Renascença Bahiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, 1997. (mimeo).

³⁸ *Ministério da Justiça e Negócios Interiores* – Diretoria do Interior – 1ª seção, de 16 de dezembro de 1902. Em 22 de janeiro de 1903 o inquérito as ações da comissão são estendidas às colônias de alienados da Ilha do Governador.

Dentre os comunicados enviados pela comissão ao ministro, um deles³⁹, aponta para as condições das crianças internadas⁴⁰. Os relatores consideraram *revoltante* o estado de *promiscuidade*, no qual se encontravam adultos e crianças, estando, inclusive, alguns *em completo estado de nudez*. O ofício cobra um tratamento adequado para estes *pequenos infelizes*. Como solução para aquele *ajuntamento vergonhoso, tão ofensivo à moral e deprimente aos costumes*, a Comissão indicou a remoção das crianças para um pavilhão existente anexo à lavanderia. Sua reforma não despenderia de muitos recursos e se efetuariam rapidamente.

Convém destacar, entretanto, que a situação das crianças já havia sido denunciada em outras oportunidades. Em artigo sobre as irregularidades da administração de Dias Carneiro⁴¹, o *Jornal do Comércio* denunciava: *crianças loucas andam juntamente com adultos*. Administrações anteriores, queixando-se de restrições orçamentárias, reconheceram essa situação. O mesmo Dias Carneiro afirma que a promiscuidade⁴² *não pode deixar de existir, a vista de absoluta ausência de pátios internos* no prédio. Mais adiante pergunta, em tom de desabafo: *onde colocá-las [...] se não temos um pavilhão separado para elas [...]?* *Seria melhor enclausurá-las em um quarto, do que deixá-las passear livremente?*⁴³ Substituindo Dias Carneiro no *pesado encargo* de dirigir o hospício⁴⁴, Antônio Dias Barros, mesmo contando com exíguos recursos financeiros estabelece entre os melhoramentos prioritários a

³⁹ Informe encaminhado pela comissão ao ministro J. J. Seabra em 27 de dezembro de 1902. O ofício é transcrito no Relatório do Ministro da Justiça e Negócios Interiores apresentado ao presidente da República em abril de 1903.

⁴⁰ A imprensa cotidiana seguia a destacar as condições de salubridade da instituição. No jornal *A Tribuna* de 09 de fevereiro de 1903 encontramos uma denúncia acerca de criação de porcos naquelas instalações.

⁴¹ *Jornal do Commercio*, op cit.

⁴² A acepção de *promiscuidade* usada é a que indica mistura desordenada e confusa, sem a conotação sexual correntemente utilizada nos dias de hoje.

⁴³ Relatório do Hospício Nacional de Alienados, 1902, apud Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.75.

⁴⁴ No *Relatório do Hospício Nacional de Alienados* de 05 de março de 1903 é clara a resignação de Dias Barros com a impossibilidade de se efetuar grandes mudanças na instituição: “*Aceitei, porém, tal e tão pesado encargo apenas alentando pela idéia de cumprimento de um alto dever cívico, a qual me não pude furtar e por ter em mente o conceito evangélico relativo às recompensas reservadas aos homens de boa vontade*”. Cf. Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p. 73-74.

adaptação do pavilhão anexo à lavanderia para alojamento das crianças, o que se efetiva em sua curta gestão⁴⁵.

É a partir das disputas internas no interior do Hospício Nacional dos Alienados anteriores à criação do Pavilhão-Escola Bourneville que consideraremos a instituição como um espaço de relações não harmônicas que demanda um corpo cientificamente especializado de administradores. Para uma melhor compreensão, esse momento será entendido, a partir da contribuição de Pierre Bourdieu⁴⁶, como um campo, ou sistema ou ainda um espaço estruturado de posições. Ele é um espaço de lutas entre os diferentes agentes que ocupam posições diversificadas. As lutas se dão em torno da apropriação de um capital específico do campo (o monopólio do capital científico) e da redefinição daquele capital. Essa noção nos é importante uma vez que propõe pensar a conflitividade intrínseca ao processo de construção e institucionalização de saberes e competências.

Em meio a controvérsias e denúncias, havia unanimidade no que consiste à necessidade de uma seção específica para as crianças. Contudo, se em um primeiro momento o que se pretendia era o fim do contato entre crianças e adultos, ao final dos trabalhos da comissão, que também provocaria a demissão de Dias Barros, as atenções se voltam para a necessidade de um tratamento médico-pedagógico específico para as crianças.

No dia vinte e seis de março de 1903, o alienista Juliano Moreira assume a direção do Hospício Nacional de Alienados com a responsabilidade de melhorar as condições da instituição. Treze dias depois inaugura os serviços da seção de crianças, conforme destacado pelo ministro J. J. Seabra:

A 8 de abril do ano findo, inaugurou o diretor do Hospício Nacional o pavilhão Bourneville, que mandei construir, destinado a receber as crianças

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Cf. Pierre BOURDIEU, *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: DIFEL, 1989. _____. Renato ORTIZ. *Pierre Bourdieu : sociologia*. 2ª ed. - São Paulo: Ática, 1994.

*recolhidas a este estabelecimento, e que até então viviam em promiscuidade com os adultos insanos das diversas seções do manicômio. É desnecessário encarecer o fato dessa criação, diz o diretor, porque isto era reclamado, há muito, pela menos exigente ética profissional. O serviço clínico, confiado provisoriamente ao dr. Joaquim de Oliveira, passou a ser desempenhado pelo dr. Antonio Fernandes Figueira, nomeado pediatra, pela reforma da Assistência a Alienados.*⁴⁷

Convém destacar que até o momento de sua inauguração o pavilhão de crianças é considerado um espaço destinado a evitar a *promiscuidade com os adultos*, não há referência ao viés médico-pedagógico. Além disso, a nomeação de um pediatra responsável pela seção reflete uma diretriz definida pela nova lei de Assistência a Alienados e não necessariamente como algo defendido por um conflito interno. É possível perceber que os conflitos denotavam menos a dimensão científica do que política. O que parece uma contradição com o que aqui se pretende, a compreensão da luta pelo monopólio da competência científica, encontra explicação segundo o próprio funcionamento do campo. Para Bourdieu, uma distinção *entre as determinações propriamente científicas e as determinações propriamente sociais* é inútil. Ao isolarmos a dimensão puramente epistemológica para a compreensão dos conflitos científicos incorremos num erro. A dupla face dos conflitos científicos incorpora as dimensões sociais e intelectuais⁴⁸.

No próximo capítulo veremos como a delimitação do campo ocorrerá na construção das estratégias médico-pedagógicas do Pavilhão-Escola Bourneville.

⁴⁷ Cf. Relatório no MINISTRO DA JUSTICA E NEGOCIOS INTERIORES 1903 E 1904, p. 326. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000330.html>, último acesso em 12 de outubro de 2009.

⁴⁸ Renato ORTIZ, *op. cit.*, p. 124-125.

2

Para crianças retardadas, híidas e epiléticas: o serviço médico-pedagógico do Pavilhão-Escola Bourneville

É chegada a hora do *grande fonógrafo*. Os pequenos se aproximam da mesa em que repousa o aparelho, saudando-o com uma *explosão de alegria*. Soam as primeiras notas, o *impulso é irresistível*: uma *sarambada jovial* irrompe pela *sala principal* do Pavilhão-Escola Bourneville. Aos poucos, *todos os pequenos sossegam*. Sentados no chão, *formam um círculo* em torno do estranho e luzidio aparelho do qual saem melodias que os deixam, por *horas inteiras*, extasiados, *imóveis*, *embevecidos*, *transportados de tudo*⁴⁹.

Pose para a fotografia⁵⁰: crianças sentadas, pés descalços, hirtos e contraídos, talvez reagindo ao frio dos ladrilhos que formam no chão um mosaico de triângulos preto e branco; a borda do cone dourado que potencializa *a voz* do fonógrafo reflete e distorce os rostinhos que agora carregam semblantes que variam entre o enfado e a curiosidade. De pé, dois *serventes* operam solenemente o aparelho e envergam um engomado uniforme que tem sua alvura realçada pela *luz viva* que banha a sala. Completando a cena, formalmente vestido e discretamente posicionado de pé atrás de uma das grossas colunas da sala, Fernandes Figueira observa os efeitos da música *sobre os nervos daquelas crianças inocentes*.

A *impressão geral* de Olavo Bilac sobre o pavilhão dirigido por seu velho amigo era de entusiasmo. Na própria crônica, Bilac afirma que há entre ele e o diretor do novo serviço do HNA *vinte anos de amizade*. Para além da medicina, Antonio Fernandes Figueira era um homem outras letras. Quando jovem publicara poemas,

⁴⁹ Cf. Olavo BILAC. *Op. cit.*

⁵⁰ Utilizamos o termo *pose* na perspectiva proposta por Patrícia Lavelle. Segundo a autora, nos *retratos de pose*, os gestos sugerem um *novo modo de vida europeu e civilizado*. A relevância dessa contribuição se apóia em considerarmos o fato da cientificidade reivindicada pelo pensamento psiquiátrico sugerir também a civilização regida pela Europa. Cf. Patrícia LAVELLE. *O espelho distorcido – imagens do indivíduo no Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

uma biografia de Torres Homem, um estudo sobre o padre Antonio Vieira, alguns romances. Junto com Olavo Bilac colaborou com produção não científica para a revista *A Semana*.

Segundo o cronista, os *maravilhosos e benéficos resultados* deviam-se ao método curativo *cujas bases essenciais* eram a *paciência e a bondade*. Para esculpir e modelar os *cérebros inertes*, a sensibilidade do *homem de ciência e de coração*, deveria lançar mão de todos os meios, incluindo a *ação sedativa* proporcionada pela música. O *amor* cultivado pelo fonógrafo compunha um quadro que, segundo Bilac, fazia, por vezes, um *visitante* perder a *consciência do lugar* em que estava: um asilo de alienados. As crianças *dançam e cantam fluentemente*, alguns preferem *pequenas gaitas de sopro* a um brinquedo. Esse viés da proposta terapêutica de Figueira era assim compreendido por Bilac: *a música, arte primitiva, é o encanto daquelas almas também primitivas*⁵¹.

Inaugurado há pouco, o pavilhão confiado ao médico pediatra destinava-se ao *tratamento e educação das crianças alienadas* e tinha como lastro os princípios científicos do alienista francês Desiré Magloire Bourneville. Dedicando *todo o seu tempo e toda sua bondade a essa tarefa sagrada*⁵², o próprio Fernandes Figueira defendia o *sistema pedagógico* do médico francês por considerá-lo capaz de corrigir e *remodelar o indivíduo*⁵³. Convém destacar que, mesmo encontrando termo na administração de Juliano Moreira, a introdução, no Hospital Nacional de Alienados, do método de Bourneville já havia sido sugerida por Antonio Dias Barros. Segundo o ex-diretor, o atendimento às crianças deveria seguir o proposto pelo *benemérito* especialista em patologia mental infantil⁵⁴. Mas quem foi essa *sumidade* estrangeira

⁵¹ Olavo BILAC. *Op. cit.* Uma imagem da sessão de fonógrafo está disponível no fim desse capítulo.

⁵² *Idem.*

⁵³ Cf. Fernandes FIGUEIRA. “Da educação e tratamento médico pedagógico dos idiotas”. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.* p.126.

⁵⁴ Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p. 93.

que emprestou seu nome à escola para *crianças retardadas* do Hospital Nacional de Alienados⁵⁵?

Nascido na cidade de Garancières, em 1840, um dos principais nomes do processo de laicização dos hospitais franceses, Bourneville tem sua carreira marcada pelos estudos empreendidos sobre as doenças mentais e nervosas das crianças. Trabalhou no Hospício de Bicêtre, onde foi nomeado chefe do serviço médico infantil daquela instituição em 1879, e no Asilo de Salpêtrière. Foi Conselheiro Municipal de Paris (1876-1883) e deputado (1883-1889), período em que fundou uma escola para os enfermeiros, que substituiriam os quadros ocupados pelas comunidades religiosas. Conseguiu aprovação para o fomento de um serviço especial voltado a atender as crianças alienadas e para a implantação de classes especiais para essas crianças no sistema escolar regular⁵⁶.

Sua contribuição para a literatura especializada inclui, entre outros, a fundação da revista *Progrès medical*, em 1873; o livro *Assistance, Traitement, Education des Enfants Idiots et Arriérés*, de 1895 e a coleção *Bibliothèque D'Education Speciale*, obra em vinte volumes, publicada entre 1891 e 1900. Nesses estudos, Bourneville reúne textos de grandes nomes do alienismo como Philippe Pinel, Jean-Étienne Esquirol, Félix Voisin; denuncia o tratamento médico oferecido às crianças e aos adultos acometidos pelas mais diversas patologias; relata as atividades por ele desenvolvidas com as crianças internadas e desenvolve um método médico-pedagógico para elas. Era portando procedente a homenagem que lhe era prestada no novo pavilhão do Hospício Nacional de Alienados, destinado simultaneamente ao tratamento e à educação, e seu nome indicava a linha de atuação ali proposta.

⁵⁵ Lima Barreto descreve da seguinte forma a distribuição do espaço asilar do Hospital Nacional de Alienados: *as secções principais do hospício propriamente são quatro: Pinel e Calmeil, para homens; Morel e Esquirol, para mulheres. Além destas, há outras especiais, para epiléticos, para crianças retardadas, hípidas e epiléticas, para tuberculosos, etc., cada qual com um nome de sumidade nacional ou estrangeira.* Cf. LIMA BARRETO. *Diário do Hospício: o cemitério dos vivos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956. P.221, grifo nosso.

⁵⁶ Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *op. cit.*. P. 96 e 97.

O método de Bourneville consistia, primeiramente, numa distribuição das crianças segundo o sexo e a patologia. Formavam-se então três grupos principais: o dos *inválidos*, que os médicos destinavam aos que consideravam *pequenos idiotas*, *cretinos*, que poderiam ser *epiléticos* ou não; o dos *válidos*, onde ficavam os diagnosticados como *idiotas*, que poderiam ser *cretinos* ou não, *epiléticos* ou não; o dos *de caráter e válidos*, classificados como *imbecis*, *retardados*, *instáveis*, *perversos*, que poderiam ou não ser *epiléticos* e *histéricos*⁵⁷. A complexa distribuição contava ainda com subdivisões entre os grupos principais, entretanto, mais do que reproduzir a pormenorização desta classificação, interessa aqui sublinhar esta infundável classificação como mais uma expressão da forte inclinação taxonômica que apaixonava os médicos de então e que se revelava nos quadros nosológicos e atentar para o significado dos conceitos que definiam as categorias principais, então considerados conceitos científicos

As linhas gerais do projeto terapêutico de Bourneville eram sugestivas. Ao definir as categorias de classificação, iniciavam-se os respectivos tratamentos:

*O método médico-pedagógico propunha que se partisse dos mais simples para o mais complexo, começando pela educação do andar, depois das mãos, da vista, da audição, do olfato, do paladar, da palavra, da higiene pessoal, todos com usos de aparelhos especiais ou objetos diversos*⁵⁸.

Dessa maneira, para o grupo dos *inválidos* (*pequenos idiotas*, *cretinos*, que poderiam ser *epiléticos* ou não), o tratamento se concentrava nos exercícios físicos e motores, ordenados basicamente ao treinamento dos cinco sentidos, da relação com o mundo exterior pela palavra e pela interação com o universo material e a rudimentos de higiene pessoal, que remetiam a uma das preocupações básicas do sanitarismo que caracterizava a medicina da época. Num gradiente de complexidade, iniciava-se a terapia com o *balanço-trampolim*, aparelho destinado ao fortalecimento das pernas. Em seguida, o manter-se de pé, com o auxílio das barras paralelas; por fim, o ensaio

⁵⁷ *idem*. P. 98.

⁵⁸ *idem*.

de um trôpego caminhar, auxiliado pelos trilhos ou pela mão de um dos profissionais qualificados.

O grupo dos *válidos* (idiotas, que poderiam ser cretinos ou não, epiléticas ou não) era encaminhado para a *pequena escola*, local onde, além dos exercícios físicos e motores, eram tomadas lições de higiene pessoal, lições de mesa que consistiam na aprendizagem do uso de talheres, lições de ginástica, exercícios para melhor coordenação motora manual e da fala, exercícios elementares relativos ao ensino das primeiras letras. Os que apresentassem melhor desempenho na *pequena escola* eram encaminhados para a *pequena escola complementar*, na qual, além do emprego de todos os procedimentos acima enumerados, introduziam-se lições mais avançadas de leitura e noções de gênero e número. Seriam mais ou menos *válidos* portanto os que chegassem a aprender os rudimentos do ler, do escrever e do contar.

O grupo dos considerados de *caráter e válidos* (*imbecis, retardados, instáveis, perversos*, que poderiam ou não ser *epiléticos e histéricos*) era encaminhado à *grande escola*. Nesse local, ainda que fossem utilizados os mesmos procedimentos das *pequenas escolas*, privilegiava-se o conteúdo das escolas primárias. No programa, lições de geografia, canto, ginástica, dança, jogos esportivos, esgrima, música, entre outras matérias e habilidades presentes no currículo das escolas de então.

Para os adolescentes⁵⁹, independente do grupo do qual fizesse parte, o projeto terapêutico de Bourneville determinava o ensino profissional. Este seria composto por variadas oficinas como a de marcenaria, costura, tipografia, jardinagem, e outros ofícios predominantemente manuais. Bourneville reconhece o desempenho inferior dos aprendizes doentes e ressalta a validade do tratamento em sua dimensão *moral*. O que importava era:

a influência moral do trabalho, que é o coadjuvante do trabalho escolar, do tratamento médico, e não o produto, se bem que ele não seja desprezado: as crianças estão felizes de poder ver que seu trabalho é produtivo, que ele se

⁵⁹ Muller utiliza o termo sem especificar, entretanto, a que faixa etária correspondente.

*traduz por resultados práticos e que tudo o que elas fazem contribui para seu bem estar, para seu ensino e para a boa conservação de sua seção*⁶⁰

Expressão da crença no poder moralizador do exercício de algum ofício e da ética positiva do trabalho, o projeto de um ensino profissional sublinhava o desejo de treinar os internos, fossem eles *válidos* ou não, para uma inserção na sociedade que superasse suas eventuais deficiências e os transformasse em indivíduos úteis à sociedade, pela via do trabalho.

Os *resultados práticos* citados pelo médico se deviam ao fato de as oficinas prestarem serviços remunerados a alguns estabelecimentos comerciais. O montante angariado por vezes permitia o pagamento dos professores responsáveis pela *direção moral* das oficinas, bem como a atribuição de *recompensas semanais* às crianças, termo que simultaneamente oculta e revela a expropriação do fruto do trabalho por elas realizado.

Convém ainda destacar as possibilidades de contato que as crianças tinham com o mundo extra-muros. Eram freqüentes as visitas aos internos, bem como as licenças que a alguns desses eram concedidas para breves períodos em casa, junto aos familiares, contanto, entretanto, que as licenças não ultrapassassem cinco dias. Entendia Bourneville que o isolamento institucional era a base do tratamento por ele proposto e que uma *estadia* prolongada com suas famílias provocaria a perda da *disciplina*, da obediência e do *ardor* pelo trabalho, tripé de seus objetivos terapêuticos que permite situar o médico nas coordenadas do pensamento médico social de seu tempo. Por outro lado, reconhecia que algumas crianças, uma vez apaziguado o seu *caráter*, poderiam deixar definitivamente o asilo e ingressarem em *escolas regulares*, em classes especiais.

⁶⁰ D. M. BOURNEVILLE. *Recherches cliniques et thérapeutiques sur l'épilepsie, l'hystérie et l'idiotie*. Paris: Félix Alcan Editeur, 1900. p. 89, *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*. P.111.

Quanto ao pessoal de ensino, professores, auxiliares e demais empregados das escolas, deveria ser periodicamente enviado para cursos em outras instituições, como a Escola Nacional de Surdos-Mudos e o Instituto dos Jovens Cegos de Paris, para que fosse informado *dos procedimentos empregados em outras categorias de crianças anormais* e, caso conviesse, utilizassem as lições aprendidas no trato com as *crianças idiotas imbecis e retardadas*⁶¹. Segundo Muller, a *inovação do método médico-pedagógico* de Bourneville estava na *elaboração e implantação de uma proposta de educação* que considerava a *criança anormal como sujeito de cuidados*. Os princípios básicos do método eram

*o ajustamento da criança anormal às normas sociais, a prontidão da aprendizagem e a formação de hábitos, onde se trabalhava especialmente as suas funções sensório-motoras, visando posteriormente, na medida do possível, a aprendizagem de leitura e escrita e a profissionalização. Para iniciá-lo [o método] era necessário primeiramente enquadrar a criança numa escala classificatória, que determina uma categoria, e a partir desta as suas possibilidades pedagógicas*⁶².

Se, como anteriormente citado, a recepção desse método médico-pedagógico de assistência às crianças alienadas data de antes da criação do Pavilhão-Escola Bourneville, será, entretanto, com este que a psiquiatria brasileira terá um *locus* no qual os preceitos do médico francês serão aplicados.

Embora grande divulgador de Bourneville no cenário médico nacional, Fernandes Figueira enfatizava suas divergências acerca de determinados pontos de seu pensamento. Para o que nos interessa aqui, convém destacar sua posição acerca da reintegração da criança ao convívio social. Em artigo apresentado no IV Congresso Médico Latino-Americano, em 1905, Figueira advoga pela *educação médico-pedagógica dos atrasados* e louva o *sistema pedagógico* de Bourneville sem, contudo, deixar de expor seu ceticismo quanto à pretensão de *remodelar o indivíduo*

⁶¹ D. M. BOURNEVILLE. *Recherches cliniques et thérapeutiques sur l'épilepsie, l'hystérie et l'idiotie*. Paris: Félix Alcan Editeur, 1900. p. 89, *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER, *op. cit.* P. 112-113.

⁶² Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p. 114.

para uma posterior *reintegração social*. O pediatra do Hospital Nacional de Alienados considerava que

[...] *se cumprimos um dever imprescindível aperfeiçoando um idiota, erramos restituindo-o à sociedade. [...] O que se precisa antes de tudo é educar. [...] Com a educação do idiota nós lhe damos os meios de exercer uma profissão simples e material [...]. Enquanto ela perdura, o indivíduo se torna sempre útil, pouco regride, ou suas regressões com facilidade se corrigem; não leva para a coletividade as perversões sexuais, anestesia moral, o substrato das prostituições da cidade. E perpetuamente internado não se reproduz, [assim,] poupamos à espécie essa odisséia da degradação. Eduquemos o deficiente e conservemo-lo à parte, e isso para a sua e para a nossa tranqüilidade social*⁶³.

É possível perceber o otimismo de Figueira quanto a possibilidade de se educar as crianças vistas como degeneradas ao ponto, inclusive, de que estas possam exercer uma *profissão simples*. O pediatra era enfático, no entanto, na convicção de que a eficácia do método médico-pedagógico estaria na reclusão *ad aeternum*, não na restituição do *idiota* aperfeiçoado à sociedade. Segundo Figueira, a internação perpétua cumpriria uma dupla finalidade, preservar a sociedade do *substrato das prostituições*, bem como impedir a reprodução dos que eram considerados degradados.

A intervenção médico-pedagógica desenvolvida no Pavilhão-Escola Bourneville aproxima-se dos preceitos do ideal eugênico brasileiro no sentido em que, nessa perspectiva, a loucura era entendida como produto da miscigenação. Nesse sentido, caberia à autoridade médica, além do estudo das leis da hereditariedade, investir no desenvolvimento de técnicas de esterilização. Nomes da elite da psiquiatria nacional como Renato Khel, Gustavo Reidel, Juliano Moreira e Afrânio Peixoto defendiam o combate aos fatores que consideravam comprometedores da

⁶³ Cf. FIGUEIRA, Fernandes. “Da educação e tratamento médico pedagógico dos idiotas”. In: *Anais do IV Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901. *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.127.

vitalidade da nação, e chegavam a advogar pela esterilização compulsória dos considerados degenerados⁶⁴.

Não é objetivo deste trabalho apresentar as particularidades do movimento eugênico no Brasil, entretanto, ao destacar que o pensamento de Bourneville é em parte recusado pela psiquiatria brasileira, através de diálogos que, por vezes, o aproximam da eugenia, ficam salientados condicionantes sociais que incidem sobre a recepção, no Brasil, de conceitos e propostas médico-científicas formuladas originalmente em outros contextos. Nessa perspectiva, convém citar a reflexão de Maria Amélia Mascarenhas Dantes sobre os percursos da historiografia das ciências, que enfatiza a experiência dos países da periferia no processo de produção de conhecimento. A autora compreende que, notadamente a partir da década de 1970, essa historiografia vem deslocando seu foco dos meios difusores do conhecimento científico, eminentemente europeus, para as áreas onde esse conhecimento teria adquirido contornos regionais.

Essa autora, ela própria uma das responsáveis pela renovação da produção brasileira em história da ciência, destaca a importância dos estudos de Thomas Khun, George Basalla, Sandra Harding, Roy MacLeod para a fundação de uma nova história social das ciências. Numa crítica à concepção internalista da ciência, essa historiografia destaca a influência dos fatores sociais na produção e reprodução do conhecimento científico. Sua abordagem valoriza a experiência na qual, não apenas a difusão, mas também as *trocas em múltiplos sentidos* definiram a implantação de atividades científicas nos diferentes contextos nacionais⁶⁵. Define-se, portanto, uma historiografia que parte do objeto e da experimentação, não mais da teoria apenas, para desenvolver uma história social das ciências. Nas palavras de Janaína Lacerda,

⁶⁴ Para uma historiografia que aborda a Eugenia em contextos sociais não europeus, consultamos os trabalhos de Pietra DIWAN. *Raça pura. Uma história da Eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Contexto, 2007 e Nancy Leys STEPAN. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

⁶⁵ Cf. Maria Amélia M. DANTES. “Reflexões sobre os caminhos da historiografia das ciências no Brasil”. IN: Maurício PIETROCOLA e Olival FREIRE JR. (orgs). *Filosofia, Ciência e História: uma homenagem aos 40 anos de colaboração de Michael Paty com o Brasil*. São Paulo: Ed. Discurso, 2005.

*uma das mais importantes consequências da crítica da dominação da experiência pela teoria foi o entendimento que a ligação entre teoria e experimento é condicionada por práticas técnicas e sociais*⁶⁶.

Entre os condicionamentos decorrentes da psiquiatrização da infância no Brasil, destacam-se as insuficiências institucionais que variavam desde a inadequação do espaço até a exigüidade de verbas. Referindo-se ao Pavilhão-Escola Bourneville, seu diretor, Fernandes Figueira explicita ânimo distinto do manifestado, no mesmo período, por Olavo Bilac na visita de 1905. Em relatório de 1906, no qual registra as condições enfrentadas durante o ano anterior, Figueira reclama que *as lições de costura, ajardinção e de empalhador não tem sido contínuas* devido à *carência de material*. No mesmo relatório, Figueira reclama também da falta de água potável. E apela para a *bondade* do Ministro para uma urgente solução, uma vez que *os filtros de água potável não recebem do encanamento o precioso líquido*⁶⁷.

Um ano depois, a situação não apresentava melhora, viviam-se *dias menos felizes*, conforme registra Figueira no Relatório de 1907. Faltava verba para a contratação de mais funcionários, para a compra de mobiliário para o pavilhão. Dessa maneira, *os meninos não tiveram o ensino de ofícios*. O pediatra considera que *sem essas medidas pouco há de se esperar do seu esforço*. O sarampo e o escorbuto haviam *penetrado* no pavilhão deixando os internos debilitados e *enfraquecidos*. O Relatório remete a uma situação considerada insustentável, e seu autor menciona que a *carência de condições higiênicas*, bem como o *acúmulo de enfermos* exigem obras que, mesmo *já orçadas*, não foram feitas⁶⁸.

⁶⁶ Cf. Janaína Furtado LACERDA. “Instrumentos científicos como fonte para a história da ciência: uma história possível”. IN: *Revista Histórica*, nº 13, agosto de 2006. disponível também em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao13/materia01/texto01.pdf>. Último acesso em 03/06/2009.

⁶⁷ Relatório do Hospício Nacional de Alienados relativo ao ano de 1906. Rio de Janeiro – Typografia e Encadernação do Hospital Nacional de Alienados, 1907. *Apud* Renata Prudêncio da SILVA. Medicina, educação e psiquiatria para a infância : o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. (Dissertação de Mestrado). P. 38.

⁶⁸ Relatório do Hospício Nacional de Alienados relativo ao ano de 1907. Rio de Janeiro – Typografia e Encadernação do Hospital Nacional de Alienados, 1908. *Apud* Renata Prudêncio da SILVA. *Op. cit.*, p. 39.

Os anos que se seguiram foram de poucas e insuficientes melhorias, segundo revelam os relatórios do diretor Juliano Moreira ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Em 1909, Moreira informa que os *melhoramentos* decorridos da ampliação da *ala esquerda* de dormitórios seriam maiores caso se fizesse *o mesmo* no *lado oposto*⁶⁹. Em 1912, o diretor é menos sutil em suas cobranças ao ministro: *se vos for possível cumprir o que nos prometeu em vossa última visita àquele Pavilhão [Bourneville], muito em breve tê-lo-emos um pouco mais a altura de nossos desejos*⁷⁰.

Em 1920, um levantamento publicado pela Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal⁷¹, trazia considerações sobre a assistência médico-pedagógica no Brasil. Seu autor, Euthichyo Leal denuncia a quase inexistência de estabelecimentos próprios para esse serviço, com ressalva para o pavilhão-escola do Hospital Nacional de Alienados do Distrito Federal, cuja *insuficiência* tornara-se *imperativa*.

Não ignoro que o governo, ouvindo tão justos reclamos atenuou a situação, ampliando o Bourneville, que, apesar disso ficou muito longe das aspirações de seu ilustre diretor. Mais ainda que lhe tivessem dado muito maiores proporções, sua capacidade não atenderia às necessidades de nossa população, talvez superior a 25.000.000. A alegação de que outros estabelecimentos de alienados tem grande número de atrasados não destrói a deficiência da assistência. O número dos que a não recebem é infinitamente superior ao dos que estão recolhidos em diversos hospícios. Aqueles cujas famílias dispõem de recursos, vão receber educação em estabelecimentos próprios no estrangeiro; os pobres ficam aí á toa, onerando muitas vezes as estatísticas criminais.

⁶⁹ Relatório do Hospício Nacional de Alienados relativo ao ano de 1909. Rio de Janeiro – Typografia e Encadernação do Hospital Nacional de Alienados, 1910. *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.130.

⁷⁰ Relatório do Hospício Nacional de Alienados relativo ao ano de 1912. Rio de Janeiro – Typografia e Encadernação do Hospital Nacional de Alienados, 1913. *Apud* Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.130.

⁷¹ Criada em 1907, no Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal a instituição era um importante lugar de estudos e divulgação dos temas científicos contemporâneos. Cf. Manoel Olavo Loureiro TEIXEIRA. “A psiquiatria e a Universidade no Brasil: a contribuição de João Carlos Teixeira Brandão no seu nascimento”. In: *Psychiatry on line Brasil*. Novembro de 2008, Vol. 13, Nº 11. Disponível em <http://www.polbr.med.br/ano08/wal1108.php>, último acesso em 20 de julho de 2009.

Convém destacar a relação que Leal estabelece entre loucura e criminalidade. O texto do médico, que representa um grupo mais amplo, uma vez que correspondia à ata de sessão ordinária da Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal considera que a assistência deficiente contribuiria, indiretamente, para o aumento das *estatísticas criminais*. Percebemos então que para parte da elite da psiquiatria nacional, a educação dos considerados *atrasados* cumpria finalidade distinta da proposta por Bourneville. Se para o francês a meta era a inserção, ou reinserção da criança alienada, para o pensamento psiquiátrico brasileiro, a meta era recolher os indesejáveis das ruas, livrando a sociedade das ameaças que estas crianças representavam. À literatura brasileira especializada das primeiras décadas do século XX era cara a discussão dos preceitos da criminologia então em voga que estabelecia correlação entre *delinqüência e debilidade*⁷².

É possível identificar um discurso que visava o controle social, atento aos possíveis danos à ordem que poderia ser provocado por um indivíduo considerado anormal e perigoso. A aperfeiçoamento de instituições como a polícia e o hospício teriam a finalidade de vigiar e corrigir esse indivíduo. Caberia ao discurso científico legitimar os mecanismos de controle desmembrando-o em outras estratégias, como a educação e o tratamento⁷³.

Nessa perspectiva, a participação da força policial no trato com as crianças anormais adquire grande importância. O artigo 2 do Regulamento de Assistência a Alienados do Distrito Federal determina que a admissão, tanto dos adultos quanto das crianças suspeitas de alienação, no Hospital Nacional de Alienados somente se daria mediante requisição de autoridade pública (juiz, Ministro da Justiça e Negócios

⁷² Cf. Lília Moritz SCHWARCZ. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. P. 222.

⁷³ Cf. Michel FOUCAULT. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1996. P. 222.

Interiores, polícia) ou particular (responsável legal ou tutor). O procedimento era assim regulamentado⁷⁴:

[...] a autoridade juntará à requisição:

- a) *uma guia contendo o nome, filiação, naturalidade, idade, sexo, cor, profissão, domicílio, sinais físicos e fisionômicos, do indivíduo suspeito de alienação, ou a sua fotografia, bem como outros esclarecimentos, quantos possa coligir e façam certa a identidade do enfermo;*
- b) *uma exposição de fatos que comprovem a alienação, e de motivos que determinam a detenção do enfermo, caso tenha sido feita, acompanhadas, sempre que possível de atestados médicos afirmativos da moléstia mental;*
- c) *o laudo do exame médico-legal, feito pelos peritos da polícia, quando esta seja a requisitante*⁷⁵

A partir da documentação analisada, referente a internos do Pavilhão-Escola Bouneville podemos considerar que o principal critério para a internação das crianças era o encaminhamento policial. Parte significativa dos prontuários consultados no arquivo do Instituto Municipal Juliano Moreira e que serão analisados no próximo capítulo estavam acompanhados de uma guia de admissão da Secretaria da Polícia do Distrito Federal, constando o *exame de alienação*. A guia policial, ou mais especificamente, o exame, cumpre aqui a

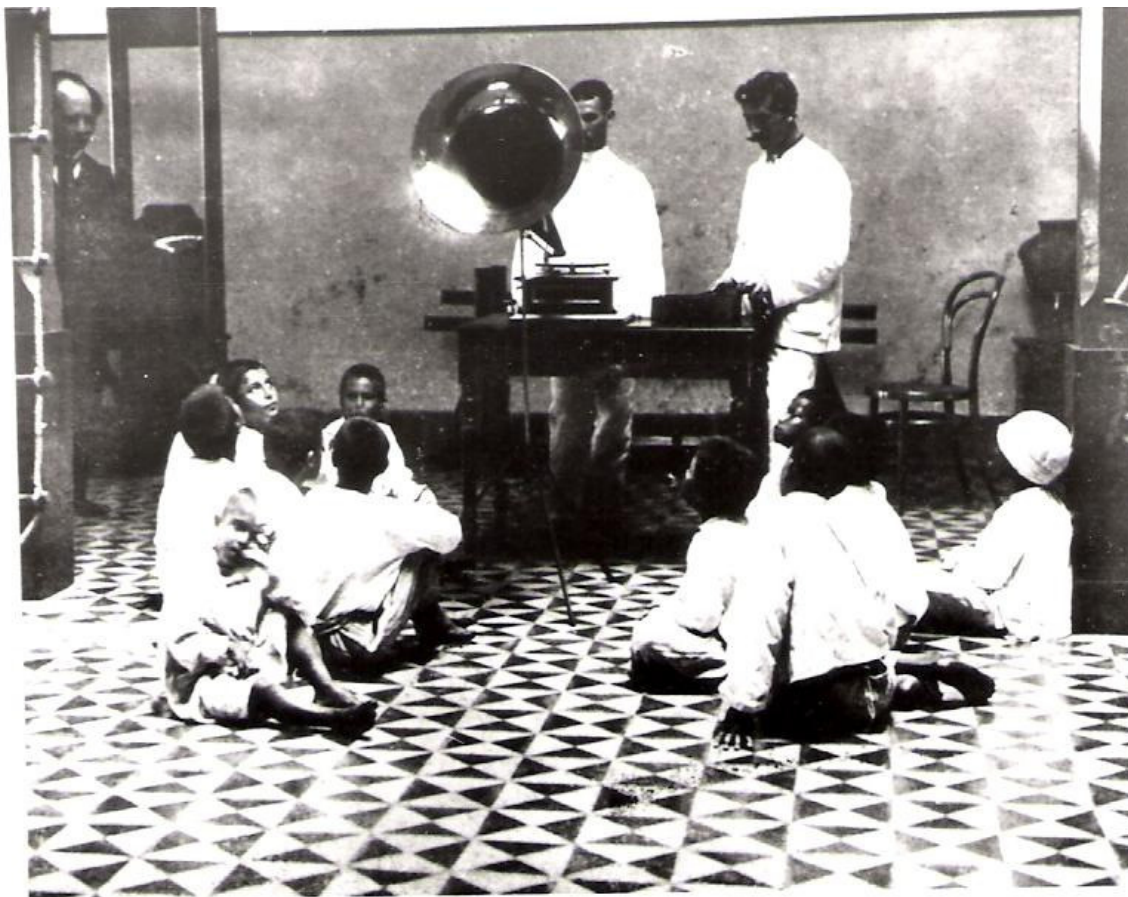
*função de uniformizar os excluídos, e também marcar as exclusões. Como disse Foucault, combinou as técnicas de hierarquia que vigia e a sanção que normaliza, permitindo classificar, qualificar e punir, num só tempo. E exerceu também estratégias punitivas que eliminaram a possibilidade de convívio social e segregaram definitivamente na instituição [o Pavilhão-Escola Bouneville] as crianças que não se ‘sujeitaram’ ao processo disciplinar*⁷⁶.

⁷⁴ Cf. Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.131.

⁷⁵ BRASIL, Decreto nº 1.132, 1903. O texto na íntegra pode ser conferido em BRASIL. *Ministério da Justiça*. Relatório dos anos de 1903 e 1904 apresentado ao Presidente da República em março de 1904. disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000001.html>, último acesso em 13 de novembro de 2009.

⁷⁶ Tânia Mara Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.134.

Consideramos o tratamento oferecido pelo Pavilhão-Escola Bourneville através da noção de controle proposta por Foucault uma vez que ao aliar isolamento e educação para as crianças consideradas anormais, visava não tanto a cura quanto a vigilância e a eliminação das possibilidades de convívio social.



Sessão de fonógrafo, atividade presenciada por Olavo Bilac em sua visita em 1905.

Cf. Olavo BILAC, 1905.

3

Epilepsia: diagnóstico ou acusação?

Abotoou o paletó, e toca a imaginar. Era preciso empregar-se, e bem, para se não expor a não ter onde encostar a cabeça. Em que lugar dormiria no dia seguinte? Teve idéias petroleiras. Do petróleo ao incêndio é um passo. Oh! Se houvesse um incêndio naquele momento! Ele correria ao lugar, e a gente, o alvoroço, a polícia e os bombeiros, todo o espetáculo faria correr o tempo depressa. Sim, podia muito bem arder uma casa velha, sem morrer ninguém, poucos trastes, e no seguro. Não é só distração, era também repouso. Haveria um pretexto para sentar-se em alguma soleira de porta. Agora, se o fizesse, as patrulhas poderiam desconfiar, ou recolhê-lo como vagabundo. A razão que o levava a andar sempre, sempre, era fazer crer, se alguém o visse, que ia para casa. Às vezes, não podia continuar, e parava a uma esquina, a uma parede; ouvindo passos, patrulha ou não, recomeçava a marcha. Passou um carro por ele, aberto, dois rapazes e duas mulheres dentro, cantando uma reminiscência de Offenbach. João Fernandes suspirou; uns tinham carro, outros nem cama... A sociedade é madrasta, rugiu ele⁷⁷.

Recorremos a esse trecho, algo extenso, de um conto de Machado de Assis por considerá-lo um exemplo da arguta prosa do autor que não raro adota uma composição narrativa que *deixa entrever as grandes linhas de uma estrutura social*⁷⁸. O conto narra a história ocorrida em *uma fria noite de junho* na qual um rapaz, João Fernandes, que andando *rua abaixo, rua acima* pelo centro do Rio de Janeiro, se percebe desempregado e desalojado. Com sua *triste carteira, cheia de nada*, não poderia alugar um cômodo para dormir naquela noite. Havia sido despejado dois dias antes por inadimplência, e, se na noite anterior dormira na casa de um amigo encontradiço, nesta não tivera a mesma sorte. O que fazer? Os pensamentos de João se precipitam confusos. Precisava de emprego, dinheiro e moradia. Contudo, o que realmente se fazia urgente era passar incólume por aquelas compridas *horas noturnas e solitárias*.

⁷⁷ Joaquim Maria MACHADO DE ASSIS. “João Fernandes”. In: *Contos Seleccionados*. Vol. I. Rio de Janeiro: Edições Spiker, s/d. P. 163.

⁷⁸ Roberto SCHWARZ. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000. P. 18.

Dos perigos que se apresentavam, não preocupavam nem o frio (*brando*) que fazia, nem os ratos que *atropelavam o noctâmbulo* em sua caminhada. As aflições de João Fernandes se concentravam na patrulha policial que rondava aquelas ruas. O cansaço provocado pela longa peregrinação clamava por repouso para o seu corpo, entretanto, uma simples parada *para sentar-se em alguma soleira de porta* poderia ser considerada como um ato de vadiagem passível de detenção. Restava, então, como única solução continuar a marchar pela noite como se seguisse para uma moradia que já não tinha.

A época em que *João Fernandes* é publicado pode ser identificada pela intensificação da lógica de ordenação das ruas do Rio de Janeiro pautada nos mecanismos de recolhimento de uma população considerada incompatível com as práticas sociais civilizadas. Irrompera o ano de 1894 e os que liam, no dia 15 de janeiro, o conto machadiano nas páginas d'*A Estação*, já podiam perceber que as estratégias policiais para consolidar o regime republicano, principalmente através da garantia de segurança nas ruas da capital federal, se esforçavam em adquirir contornos científicos mais precisos. Segundo indica Olívia Maria Gomes da Cunha:

*Entre 1889 e 1894, várias foram as tentativas de implementar, no país, um 'sistema de identificação antropométrico'. Depois das pioneiras intenções de um certo dr. Monat, são os membros da recém-criada Associação de Antropologia e Assistência Criminal, em 1892, que se ocupam em diagnosticar o estado das prisões e delegacias da capital, e as condições nas quais a nova tecnologia poderia ser utilizada. Em 1894, o primeiro serviço de identificação antropométrica passa a funcionar nas dependências da Casa de Correção*⁷⁹.

Convém, contudo, ressaltar que não era daqueles dias que estudos relativos ao comportamento social procuravam explicar a violência e a criminalidade associado-os a fatores biológicos mensuráveis. Nos primeiros anos do século XIX, o neuroanatomista austríaco Franz Gall desenvolveu a *frenologia*, ou *cranioscopia*. Essa técnica consistia em encontrar no formato dos ossos do crânio impressões acerca

⁷⁹ Olívia Pereira Gomes da CUNHA. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002. p. 27.

do comportamento do indivíduo. Uma leitura então seria possível porque, segundo Gall, inúmeras características humanas teriam correspondência com regiões do cérebro que, hipertrofiadas ou hipotrofiadas, exerceriam determinada pressão contra os ossos do crânio, provocando saliências e depressões. O exame cuidadoso dessa superfície permitiria classificar tipos humanos⁸⁰.

Já no *fin de siècle*, Cesare Lombroso, especialista em antropologia criminal, classificava comportamentos anti-sociais a partir de caracteres físicos. Para o italiano, que em 1896 publica seu livro de maior notoriedade, intitulado *L’Uomo delinquente*, certos caracteres constituiriam os *stimata* e permitiriam descobrir nos corpos indícios anatômicos de uma potencialidade criminoso. Era a passagem para o século XX, o mundo vivia a vertiginosa euforia das revoluções tecnológicas⁸¹. A racionalidade, o progresso, a ciência se consolidavam como valores da cultura ocidental, como ideal de civilização. O otimismo se estendia a praticamente todas as áreas do saber. A mesma confiança dos engenheiros mecânicos depositavam em suas máquinas maravilhosas era desfrutada pelos que eram considerados responsáveis pela engenharia social, que, ao desenvolverem mecanismos científicos para ordenar a sociedade, acreditavam, ao mesmo tempo, colocá-la nos trilhos do progresso.

No Brasil, a fórmula *ordem e progresso* se consolidou como uma equação cara à recém instaurada República. No novo regime, no qual a ordem era pré-requisito para a obtenção do progresso, a crença no ideal de evolução motivou grande investimento visando à emergência de um Estado civilizado e civilizador. Tudo o que pudesse representar uma ameaça à marcha para o progresso deveria ser corrigido, ou excluído⁸². Os homens da ciência, médicos, juristas, policiais, pretendiam o comando da sociedade e a autoridade para conter as ameaças à sua ordem. A ordem

⁸⁰ Cf. Drauzio VARELLA. “Evolução”, IN: _____ *Borboletas da Alma: escritos sobre ciência e saúde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

⁸¹ Nicolau SEVCENKO. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. No capítulo introdutório, o autor recorre à imagem da vertigem provocada por um passeio de montanha-russa em alusão à uma desfigurada e estupefata humanidade que chegava ao fim do século XIX exposta às forças naturais e históricas agenciadas pelas tecnologias modernas. P. 13.

⁸² Cf. Margarida de Souza NEVES e Alda HEIZER. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual Editora, 1991.

republicana no Brasil *da virada do século não só busca, como investe em artefatos e símbolos que revelem a presença do Estado, junto à racionalização e autonomia de suas instituições*⁸³. Nesse sentido, a intensificação dos investimentos no sistema de identificação policial corresponde ao mesmo movimento que levou à criação, em 1899, do Gabinete Antropométrico, instalado na Casa de Correção.

Escusado considerar que a noção de ordem e manutenção da tranquilidade pública se configurava no Brasil, desde na primeira metade do século XIX, como um dos princípios reitores do processo de construção do Estado, então imperial. Organicamente vinculados à esse processo, setores da classe senhorial demarcavam entre as funções das instituições policiais o controle do *mundo* daqueles que contrastavam com a ordem⁸⁴. Os principais textos legais então forjados, a saber, a Carta outorgada de 1824 e o Código Criminal de 1830, consumavam, de um lado, o rompimento com Lisboa, e definiam, de outro, a estrutura do novo Estado, da nova sociedade. Ao que aqui interessa, esse é o momento da organização de um efetivo policial mais estável, que, como parte do *establishment*, surge como elemento repressor ante a ameaça dos desordeiros, não raro classificados como *vadios*⁸⁵. Entre outras atribuições, caberia a esse efetivo o polimento da nação⁸⁶. À construção de um Brasil moderno pressupunha lustrar a fosca, e grande, porção ainda não banhada com o verniz civilizador.

⁸³ Olívia Pereira Gomes da CUNHA, *op. cit.*, p.25.

⁸⁴ Em estudo sobre a construção do Estado imperial no Brasil, Ilmar Rohloff de Mattos compreende os setores conservadores da classe senhorial como estruturantes de um sistema hierarquizado composto por três vértices: o mundo do governo, o mundo do trabalho e o mundo da desordem. Cf. Ilmar Rohloff de MATTOS. *O tempo Squarema*. 5ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

⁸⁵ Cf. Berenice Cavalcante BRANDÃO; Ilmar Rohloff de MATTOS; Maria Alice Rezende de CARVALHO. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Nº 4, Série Estudos, PUC-Rio, 1981. *mimeo*.

⁸⁶ O *Dicionário enciclopédico ou novo dicionário da língua portuguesa*, de José Maria d'Almeida e Araújo Corrêa Lacerda, com a terceira edição datada de 1865 traz a seguinte definição do verbete *polícia*: “1) *Polícia* (latim *politia*; do grego *polites*, cidadão, de *pólis*, cidade) governo e boa administração do Estado, da segurança dos cidadãos, da salubridade, subsistência etc. Hoje entende-se particularmente da limpeza, iluminação, segurança, e de tudo o que respeita à vigilância sobre vagabundos, mendigos, ladrões, facinorosos, facciosos etc. 2) *Polícia* (do latim *politio*, de *polire*, polir, assear, adornar) cultura, polimento, aperfeiçoamento da nação”, apud HOLLOWAY, Thomas H. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997. P 273.

Será, então, durante os traumáticos dias de consolidação do regime republicano⁸⁷ que o aperfeiçoamento da nação via *politio* buscará na ciência o expediente determinante. Com o advento do estado republicano é possível perceber um momento distinto na organização da polícia em seu exercício repressivo: inicia-se a *montagem de uma polícia profissional, sustentada ideologicamente pelo cientificismo da época*⁸⁸. Convém, entretanto, destacar que mesmo forjada em prédicas científicas, as incipientes instituições de disciplinarização seguiam recorrendo ao *uso permanente, sem-cerimônia, ilegal e impune do aparato policial para estancar tudo o que era visto sob o signo da desordem e restabelecer a ordem social nos moldes requeridos pelos interesses da classe dominante*⁸⁹.

Nas ruas, os policiais traçavam o perfil dos suspeitos, principalmente dos considerados potencialmente perigosos, baseados no fenótipo, nas características físicas correspondentes à constituição genética. É indicativo que encontremos em amostragens de autos de prisão pelo crime de vadiagem, nas primeiras décadas do século XX, os seguintes dados: em 8,25% não informam sobre a cor do acusado; 28,25% dos presos foram identificados como brancos; 32,25% como pardos; 31,25% como pretos. A inclinação racista das prisões pode ser comprovada ao se comparar a cor da pele dos detidos com a cor da pele da população da cidade do Rio de Janeiro. No censo realizado no ano de 1930 vemos que a população era assim definida: 18,85% de pretos, 11,55% de pardos, e 69,60% de brancos⁹⁰. Podemos concluir que,

⁸⁷ Ao abordar as realidades políticas da República em seus primeiros anos, Skidmore estabelece o seguinte panorama: “A queda do Império e a Proclamação da República, em novembro de 1889, ocorreram com tão pequena comoção social, que se é tentado a classificar o acontecimento entre os típicos golpes de palácio latino-americanos [...]. A consolidação da República seria, porém, mais traumática”. Cf. Thomas SKIDMORE. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª Ed., tradução de Raul Barbosa de Sá; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. P. 98.

⁸⁸ BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. p.36.

⁸⁹ Maria Helena Souza PATTO. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. IN: *Estudos Avançados*. Volume 13, Nº 35. São Paulo. Janeiro/ Abril, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci_arttext, último acesso em 22 de outubro de 2009.

⁹⁰ Para os dados criminais ver Olívia Pereira Gomes da CUNHA, *op. cit.*; para os dados demográficos ver Sam ADAMO. *The broken promise: race, health and justice in Rio de Janeiro, 1890-1940*. México: University of New Mexico, 1983.

nos cárceres da Primeira República, negros e pardos são sobre-representados, enquanto brancos são sub-representados⁹¹.

Um exemplo da eficiência da prática policial discriminatória na Primeira República pode ser encontrado no(s) caso(s) envolvendo Alberto Santos. Muitas informações surgem desencontradas na biografia desse jovem negro e em sua relação com a força policial do Rio de Janeiro⁹².

Em 24 de abril de 1914, Alberto é detido, *vagando sem destino*, por guardas civis perto do *boulevard* de São Cristóvão. No auto de flagrante, os próprios guardas serviram de testemunhas. Afirmavam que o por eles já conhecido suspeito praticava *atos ilícitos sem procurar regenerar-se*, não tinha *profissão honesta* e vivia perambulando pelas ruas cometendo furtos e promovendo *desordens*⁹³. Essas informações oferecidas pelas testemunhas não são confirmadas, uma vez que Alberto já havia sido detido em outra ocasião, sob acusação de vadiagem, e foi inocentado. Logo, as acusações de práticas costumeiras de pequenos crimes se tornaram, ao menos, questionáveis. Acrescenta-se o fato de que no auto de flagrante de abril de 1914, nada caracterizou uma atitude contravencional do suspeito. Dessa maneira, Alberto é inocentado pela segunda vez.

Dois meses depois de ter escapado das malhas da Justiça, Alberto é novamente detido, na mesma região. Havia sido *flagrado* na rua Mariz e Barros, na Tijuca, *protagonizando uma briga em que testemunhas o viram usar um estilete com*

⁹¹ Estudos relativos aos últimos anos do século XX e início do XXI chegam à constatação de que, se o crime não é inato à população negra, no Brasil, a punição parece sê-lo. Para uma análise dessa situação persistentemente constrangedora, ver Sérgio ADORNO. “Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva separada”. Disponível em <http://www.leonildocorreia.adv.br/pdf/adorno-racismo.pdf>, último acesso em 23 de outubro de 2009.

⁹² Adaptado a partir de Olívia Pereira Gomes da CUNHA. *op. cit.* A autora tem como objetivo central mostrar as estratégias de disciplinarização e repressão dos indivíduos acusados de vadiagem em um *novo tempo*, no qual uma nova ética do trabalho e novos padrões de moralidade nos comportamentos individuais exigiam maior adequação aos parâmetros burgueses definidores da ordem, do progresso, da modernidade e da civilização. A autora concentra sua análise observando as práticas cotidianas de repressão policial aos indivíduos negros.

⁹³ Idem, p.125.

o qual feriu Manuel, um português naturalizado brasileiro. Mesmo a situação sendo de briga entre dois homens, somente Alberto foi preso. Manuel foi considerado vítima. O mais intrigante é que a *vítima* se recusou a comparecer ao Instituto Médico-Legal para fazer o exame de corpo de delito, o qual confirmaria as supostas *lesões* provocadas por Alberto. Além disso, a tal arma não foi encontrada. Mesmo esta escassez de provas não impediu que Alberto permanecesse *quase três meses* na Casa de Detenção, a espera de julgamento⁹⁴.

Julgado e absolvido, Alberto pôde, enfim, desfrutar da liberdade, mas não por muito tempo. Em outubro do mesmo ano, portanto, dois meses depois de ter saído da Detenção, ele é preso em flagrante por policiais militares. Os policiais diziam ter testemunhado uma *violenta bofetada* desferida contra um homem em São Cristóvão. O homem, coincidentemente, era português e também se chamava Manuel, Manuel da Paz. O relato do agredido, que para nós pode soar anedótico, foi o que acabou por justificar a detenção. Segundo Manuel, estava ele *próximo à estação* de trem quando Alberto se aproximou e iniciou uma conversa sem muito sentido, ao fim dessa breve conversa percebeu que lhe *faltava o seu relógio e corrente de prata*. Percebendo o considerou ser um furto, partiu em perseguição, *gritando*, e foi quando recebeu a bofetada. Na versão de Alberto, a bofetada é um *ponto de acordo*, mas o motivo não. Segundo ele, a agressão foi uma retaliação às *falsas acusações* esbravejadas pelo português⁹⁵.

A falta de provas materiais que o qualificariam como ladrão e a recusa de Manuel da Paz – assim como fora com o primeiro Manuel – em se deixar examinar pelos médicos-legistas acabou por garantir a absolvição de Alberto também nesse caso.

Alberto Santos, agora um *habitué* das instituições policiais, reaparece em fevereiro de 1915, quatro meses depois de sua última passagem. A essa altura,

⁹⁴ Idem, p.126-127.

⁹⁵ Idem, p.127.

Alberto já é considerado *ladrão perigoso, pernicioso à tranqüilidade pública e incorrigível*, além de ter um enigmático codinome: Moleque 31⁹⁶. Eram dias de carnaval. Nos folgedos, os súditos de Momo cantavam a falta de sorte de um certo *seu Dudu: na careca do Dudu/ Já trepou uma macaca/ E por isso coitadinho/ é que tem urucubaca*⁹⁷. O jornal *O País* elogiava, na edição do dia 15 de fevereiro, os *excelentes* resultados do *reforçadíssimo* policiamento das ruas da capital⁹⁸. Contrastando com a alegria das batalhas de confete, dos banhos de mar à fantasia, dos palhaços e grupos mascarados, encontramos Alberto provavelmente a lamentar o que, a essa altura, parecia ser sua urucubaca: havia sido preso no dia 14.

O auto de flagrante informa que Alberto vagava em *completa ociosidade*, sendo esse o motivo para a detenção por vadiagem. Durante um pouco mais de duas semanas, aguarda preso na Casa de Detenção o julgamento. A sentença do juiz, por fim, o inocenta, segundo o meritíssimo havia evidências de *má condução do processo*. Alberto não assinara a ficha datiloscópica, o interrogatório e o auto de flagrante⁹⁹.

Em maio do mesmo ano Alberto volta a ser preso, após perseguição promovida pelo soldado Euclides da Silva, praça da 2ª Cia. Do Batalhão de Caça e por outros dois policiais que vieram em seu auxílio. Num confuso inquérito no qual foi acusado de ferir com golpes de canivete o quitandeiro turco Hala Abraão, Moleque 31 está acompanhado de dois outros homens, mulatos, que conseguem fugir. Entre os vários relatos das testemunhas destaca-se o do caixeiro português Joaquim dos Santos. De acordo com Joaquim, os *dois mulatos*, mais o *preto* Alberto cercaram e atacaram o quitandeiro, contudo, não foi possível identificar quem foi o agressor.

⁹⁶ Idem, p.128.

⁹⁷ A marcha *Ai, Philomena*, de J. Carvalho Bulhões e Bahiano alcançaria grande popularidade naquele carnaval. A letra completa está disponível em http://www.collectors.com.br/CS06/cs06_031012.shtml, último acesso em 22 de novembro de 2009.

⁹⁸ Cf. “Carnaval”. *O País*, 15 fev. 1915. Apud Eduardo Granja COUTINHO. *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p.45.

⁹⁹ CUNHA, *op. cit.*, p.129.

Mesmo com algumas incertezas, dessa vez o julgamento foi desfavorável a Alberto: *condenado a um ano de prisão por ferimentos leves*¹⁰⁰.

A biografia criminal de Alberto, ou Moleque 31, continua nos anos 30, quando segue sendo recolhido pela polícia. Contudo, é uma trajetória por demasiado longa para ser reconstituída aqui. O que é interessante, para além das peripécias de Alberto, é a construção de uma identidade que se dá através do senso comum das autoridades policiais. A periculosidade de Alberto é definida sem que os instrumentos jurídicos e científicos de identificação ofereçam dados para tal. Até a condenação por ferimentos leves, Alberto havia sido detido sob a acusação de vadiagem e agressão, sendo absolvido em todas as oportunidades. Contudo, ainda que não tivesse sido condenado, era considerado um reincidente. Podemos perceber que, culpado ou não, o Moleque 31 era identificado mais pelas práticas cotidianas preconceituosas que pouco denotavam da propalada cientificidade das instituições policiais.

Entretanto serão os princípios científicos que indexarão as práticas de controle e administração da população considerada indesejável e garantirão à polícia um lugar estratégico no processo de ordenação da sociedade.

Entre os inúmeros esforços para a elevação do Brasil ao nível dos países hegemônicos do mundo ocidental, os dirigentes do regime instaurado em 1889 se deparavam com uma pergunta que há muito desafiava o Estado: o que fazer com os loucos? Duas respostas se apresentaram sedutoras aos preocupados com o controle social e o futuro do país. A primeira seria a assistência aos alienados que, reeducados e medicados, poderiam se regenerar e, assim, ser inseridos no mercado de trabalho. A segunda solução era, devido à perturbação da ordem pública, excluí-los. Devemos sublinhar a influência de alguns pressupostos teóricos que compreendiam o crime e o criminoso como resultado de anomalias, dentre as quais se encontravam as mentais. Os já citados escritos de Cesare Lombroso foram de ampla contribuição para a construção, no Brasil, de um edifício teórico que relacionava certos crimes cometidos

¹⁰⁰ Idem, p.130-131.

a certos tipos de alienação. Corresponde a esse período o uso mais sistematizado da noção de *criminoso nato*, a partir da qual certas taras, anomalias e heranças genéticas seriam entendidas como raízes do comportamento anti-social¹⁰¹.

Encontramos no Rio de Janeiro alguns esforços que apontam para um maior controle desse grupo que se encontra à margem do paradigma, europeu, desejado para aqueles tempos de modernidade. Em 1889, o antigo Hospício de Pedro II, rebatizado – com o advento do novo regime – como Hospício Nacional de Alienados, sofre algumas mudanças. Desvincula-se da Santa Casa de Misericórdia e passa a contar com uma diretoria composta de médicos. As freiras, que prestavam cuidados aos ali internados são afastadas, substituídas por profissionais laicos¹⁰². O ano de 1920 marca a inauguração do Manicômio Judiciário, um esforço para se encontrar a equivalente punição para os loucos criminosos¹⁰³. A loucura se define cada vez mais como uma questão de Estado.

Ao atender à lógica de uma maior disciplinarização do contingente considerado como alienado, a polícia, com seu aparato repressivo, se consolidava como importante agente de administração da loucura. Em suas práticas, transita no que era, então considerado a tênue fronteira entre o crime e a insanidade. Sendo a instituição que talvez alcançasse maior intervenção no tecido social, a polícia, através da noção de ordem pública, será a protagonista na concretização desse projeto de patologização de certo tipo de indivíduo potencialmente criminoso, o louco.

¹⁰¹ Cf. Lilia Moritz SCHWARCZ. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Segundo a autora, a maior parte dos artigos publicados nas revistas médicas sobre medicina legal até os anos 1930 *referendam sem discussão as máximas da criminologia moderna que estabeleciam a correlação entre ‘delinquencia e debilidade’, entre o criminoso e certos estigmas a ele associados*. P. 222.

¹⁰² BRASIL. Decreto n. 791, de 27 de setembro de 1890. Cria no Hospício Nacional de Alienados uma escola profissional de enfermeiros e enfermeiras. In: BRASIL. *Ministério da Saúde. Fundação Serviços de Saúde Pública. Enfermagem, legislação e assuntos correlatos*. 3ª ed. Rio de Janeiro; 1974. Volume 1, p. 26-7. Inserido nesse processo de laicização podemos destacar a contratação, em 1891, de quarenta enfermeiras francesas em substituição às Irmãs de Caridade. Cf. Thiago Braga do ESPIRITO SANTO. *Enfermeiras francesas na capital do Brasil (1890-1895)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. (Dissertação de Mestrado em Enfermagem).

¹⁰³ Cf. Sérgio CARRARA. *Crime e loucura – o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

Entretanto, o olhar taxonômico do corpo policial por vezes encontrava dificuldades em traduzir em sua prática as certezas científicas na definição da natureza da infração. Ao que nos interessa, traremos exemplos de práticas persecutórias das crianças *anormais*. Situações em que a epilepsia emerge menos como realidade cientificamente comprovada do que como categoria de acusação, utilizada e acionada em diferentes situações.

O caso de Maria, nesse sentido, é particularmente significativo. No dia nove de dezembro de 1915 o chefe da Polícia do Distrito Federal ordena o exame da menina *preta*, procedente da Santa Casa, e que contava, então, com onze anos de idade. O exame realizado por Miguel Salles indica que a *paciente sofre amiúde de crises epiléticas, sendo preciso observá-la demoradamente*, assim, o espaço da guia policial destinado à *dedução diagnóstica* foi deixado em branco pelo médico-legista e Maria, que não tem registrado seu sobrenome, é encaminhada ao Pavilhão de Observações do Hospício Nacional de Alienados. Os dias de observação concluem que a paciente:

apresenta-se ao exame com atitude calma [...] fisionomia indiferente. Está bem orientada em relação ao tempo, lugar e meio. Conta a paciente que há 2 meses teve um ataque perdendo os sentidos e que a mãe que assistiu disse que as convulsões se limitaram a um dos lados do corpo, não sabendo, porém, dizer se era o direito ou esquerdo. Teve alucinações auditivas e visuais. Confessa [...] [qu]e às vezes abusava de bebidas alcoólicas. Apresenta algumas escoriações na região palpebrar e malar.

O fato da guia da polícia mencionar ataques epiléticos bem como a alusão à doença feita pela própria menina parece não influenciar na conclusão do não identificado médico do Pavilhão de Observações. No dia vinte e dois de dezembro Maria recebe alta: sofria, segundo se concluiu, de *alcoolismo*. Contudo, isso não representaria liberdade. O mesmo prontuário registrava que, em caso de alta, haveria a necessidade de avisar à *Policial* (sic), bem como a um certo Sr. Delphim de F. Moutinho, de quem não temos maiores informações além de um número telefônico e o endereço (Praia do Retiro Saudoso, no Caju). No dia vinte e sete de dezembro de 1915 o chefe de polícia solicita, em carta ao responsável pelo Pavilhão de Observações, a guarda da menina. Segundo o remetente, *é conforme comunicação*

contida em ofício nº 904 (não especifica a procedência), que informa sobre a alta da menina, que solicita providências no sentido de ser entregue ao portador da carta a menor de nome Maria. Para a menina de onze anos que, por vezes abusava de bebidas alcoólicas, nenhum prognóstico ou prescrição médica, somente o recolhimento.

Para Mário Rodrigues o recolhimento também adquiriu contornos dramáticos. Branco, diagnosticado no Livro de Observações clínicas Nº 123, que cobre o período de dezoito de junho a vinte e sete de julho de 1910, como *não alienado*, dá entrada no Pavilhão de Observações no dia dezesseis de julho de 1910. Segundo a seção *Inspeção Geral* de seu prontuário, o menino, que conta então com 10 anos de idade, *apresenta-se calmo. Tem cicatrizes pela testa e apresenta estigmas de varíola. Em Comemorativos da família*, com informações supostamente fornecidas pelo próprio Mário¹⁰⁴, somos informados que *a mãe ainda é viva e não é casada. Conta que esta lhe batia muito e que o primo o matriculou na Escola Correccional 15 de Novembro porque era muito traquinas. Nos Comemorativos pessoais da moléstia* conta que na Escola 15 de Novembro *tinha o apelido de Maluco* e que isto foi o suficiente para que o enviassem para o Hospício Nacional de Alienados. O texto em terceira pessoa avança na anamnese informando que o menino

*não sabe, se quando pequeno sofria ataques, como supõe a ficha policial, nem tampouco sabe explicar como foram feitas as feridas que deram as cicatrizes, que a guia de internação chama de estigmas epiléticos. Aqui tem passado bem, não teve ainda ataques de espécie alguma nem cometeu até agora desatino que possam justificar a sua reclusão neste estabelecimento. A memória está regular, tem noção de lugar, [...] mas sem noção de tempo. Conta que na Escola era muito safado, não agüentava que outro lhe dissesse qualquer pilhéria; na defensiva sempre foi forte e distribuía logo pancadas. Já teve varíola. É de baixo nível intelectual*¹⁰⁵.

Quinze dias depois de dar entrada no pavilhão e de ser medicado com *cápsulas antiepiléticas*, Mário é liberado. É dia trinta de julho e nada que

¹⁰⁴ No livro *Intenção e Gesto: Pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927- 1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002, Olívia Maria Gomes da Cunha destaca que os detidos sob acusação de vadiagem no Rio de Janeiro do início do século XX (objeto de seu estudo), não raro, tinham as informações por eles fornecidas alteradas pelos funcionários responsáveis pelos procedimentos identificatórios.

¹⁰⁵ *Livro de Observações clínicas Nº 123* do Pavilhão de Observações, grifo do original.

justificasse sua internação é identificado, ele *não tivera ataques*. Contudo a experiência deixa profundas marcas no seu corpo. O menino cruza o alpendre da porta principal, na fachada Pavilhão de Observações bem mais magro. Apenas quatorze dias após dar entrada naquela seção, Mário desce os degraus que conduzem à rua¹⁰⁶ com menos 20% do seu peso. Dos 35,5Kg que pesava no dia dezesseis, restavam-lhe 28,7kg. Podemos perceber que os sistemas punitivos mesmo que não *recorram a castigos violentos ou sangrentos* centralizam no corpo sua ação. Os *métodos suaves de trancar ou corrigir* objetivam o corpo e, não raro, deixam suas marcas¹⁰⁷.

Se para o traquinas Mário a incongruência entre o diagnóstico das diferentes instâncias envolvidas no recolhimento das crianças foi identificada em tempo de livrá-lo de uma estadia mais alongada no Hospício Nacional de Alienados, sorte diferente definiu a vida de Maria Ferreira Machado. No dia dois de março de 1905 a menina de 13 anos é encaminhada por sua irmã a uma delegacia policial. Rita, a irmã, leva consigo um atestado de um certo Dr. José Gomes, o documento indica que Maria sofre de *ataques epiléticos*. No *exame de alienação*, a menina é diagnosticada pelo médico-legista Rego Barros como *imbecil e epilética*, além de sofrer de *paralisia infantil*. A constatação, bem diferente da sustentada por José Gomes, garante o envio de Maria, no mesmo dia, ao Pavilhão de Observações do Hospício Nacional de Alienados. Lá a paralisia é indiretamente citada na nota acerca de sua *marcha claudicante*, já os *ataques epileptiformes* são citados como *freqüentes*¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Uma fotografia de 1896 onde vemos a fachada do Pavilhão de Observações (atual posto de vigilância do Campus Praia Vermelha da UFRJ), bem como a da casa de Teixeira Brandão (atual Pavilhão Maurício de Medeiros), pode ser encontrada em Manoel Olavo Loureiro TEIXEIRA. “A psiquiatria e a Universidade no Brasil: a contribuição de João Carlos Teixeira Brandão no seu nascimento”. In: *Psychiatry on line Brasil*. Novembro de 2008, Vol. 13, Nº 11. Disponível em <http://www.polbr.med.br/ano08/wal1108.php>, último acesso em 20 de julho de 2009.

¹⁰⁷ Michael FOUCAULT. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996. P. 93.

¹⁰⁸ Os casos individuais a partir daqui se referem à documentação consultada no acervo do Instituto Municipal Juliano Moreira. Muitas das informações foram reunidas a partir de caixas e maços variados sendo assim impossível referenciar com precisão as coordenadas do acervo. Assim, a listagem do material consultado naquele acervo pode ser conferida na página 71, “Relação de prontuários do Pavilhão-Escola Bourneville consultados no arquivo do Instituto Municipal Juliano Moreira”.

Uma semana depois, a menina dá entrada no Pavilhão-Escola Bourneville e o diagnóstico é mais uma vez diferente: *esclerose cerebral*. No prontuário, que tem as assinaturas tanto do responsável pela seção de crianças, Dr. Fernandes Figueira, quanto do diretor do hospício, Juliano Moreira, nenhuma referência aos diagnósticos anteriores. Os ataques epileptiformes e paralisia inexistem. Nada disso, entretanto, parece colaborar em favor da menina. Pelos próximos dez anos, o Pavilhão-Escola Bourneville será a morada de Maria Ferreira Machado. No dia quatro de maio de 1915 ela deixa o Pavilhão-Escola Bourneville devido a sua avançada idade para a seção. Conta com 23 anos. Transferida pra uma das seções de adultos permanece internada até sua morte, registrada às 14hs do dia treze de junho de 1929. O que é particularmente intrigante no caso de Maria é que mesmo os sucessivos diagnósticos pouco dialogarem entre si, ainda assim, ou talvez por isso, determinaram a internação de Maria pelo resto de seus dias.

No dia dezesseis de dezembro de 1912, Jorge Sant'Anna é transferido da Santa Casa de Misericórdia e apresentado ao Hospício Nacional de Alienados. A guia policial indica que Jorge *apresenta-se calmo* e que tem *estigmas físicos de degeneração*. Informa também que a transferência fora solicitada pelo Dr. Leonel Gonzaga em laudo que não oferece *nenhuma outra informação*: algo impedia que Jorge prosseguisse internado na Santa Casa. Durante o exame feito pelo médico-legista Sebastião Cortez, *queixa-se de uma cefaléia frontal intensa que não o deixa*. Ao final do exame, o legista, pouco convicto, oferece o diagnóstico em forma de pergunta: *epilepsia?* É conduzido no mesmo dia para o Pavilhão de Observações onde 48 horas seriam suficientes para notas mais precisas. No prontuário daquela seção, o espaço reservado à resenha sintomática é assim preenchido:

O observado é um meninote em via de crescimento; sua compleição é franzina. Tem estigmas físicos de degeneração. Não nos dá nenhuma informação. Apresenta-se calmo, percepção difícil [...] inteligência muito medíocre [...] suas respostas se consistem em sim ou não. Não orienta-se no tempo ou no espaço. Na seção teve dois ataques epiléticos.

O diagnóstico, assinado de forma ilegível, confirma o que fora intuído pela guia policial, completando-o: *Imbecilidade / epilepsia*. Dessa forma, no dia dezoito

de dezembro de 1912 Jorge Sant'Anna é internado no Pavilhão-Escola Bourneville. Quase seis meses depois de dar entrada na seção de crianças, o menino terá novo diagnóstico, desta vez assinado por Fernandes Figueira. Com tinta preta, a pena do pediatra registra a data, dois de junho de 1913, e a moléstia de Jorge, *idiotia*. O tempo de estadia na seção de crianças parece oferecer subsídios para que se descarte os diagnósticos do Serviço Médico-Legal e do Pavilhão de Observações. A epilepsia que surge como dúvida e se converte em certeza, após dois *ataques*, simplesmente inexistiu poucos meses depois. O único ponto de convergência é a necessidade de mantê-lo recolhido.

No dia dois de novembro de 1915, Agnelo Rodrigues de Carvalho é examinado pelo médico-legista, Miguel Salles, conforme requisitado pelo delegado do 16º Distrito Policial da capital federal, Hernani de Castro. Por revelar *desordens sensoriais*, com *alucinações auditivas e visuais*, Salles concluiu a conveniência de observar o menino de 12 anos mais *demoradamente*. Dessa forma, é encaminhado para o Pavilhão de Observações do Hospital Nacional de Alienados. Após duas semanas de observações encontramos um Agnelo com *atitude calma e bem humorado*. Somos informados de que *é de inteligência vivaz* e que não há *nada de anormal em seu estado mental*. A despeito da normalidade constatada por vários dias de observações atestada pela ilegível assinatura do médico responsável pelos diagnósticos do Pavilhão de Observações, o menino é transferido no dia dezesseis de novembro para o Pavilhão-Escola Bourneville. Quatro meses depois, o diagnóstico é revisto por Fernandes Figueira, Agnelo sofre de *epilepsia*.

A estadia do menino se prolonga até o dia trinta de janeiro de 1918, quando recebe *alta* do responsável pela seção de crianças. O que parece contrariar o defendido por Fernandes Figueira – a não reinserção do doente na sociedade –, encontra justificativa na carta nº 785 da 2ª Seção da Secretaria da Polícia do Distrito Federal. Datada de vinte e nove de janeiro de 1918 a carta, assinada pelo secretário de polícia e formalmente timbrada pelo brasão da República é endereçada ao ilustríssimo

Dr. Diretor do Hospício Nacional de Alienados. Sua leitura revela a seguinte solicitação:

*Rogo-vos providencieis no sentido de ser entregue ao portador deste o menor Agnello [no texto, o primeiro nome do menino recebe um segundo “l”] Rodrigues de Carvalho que aí se acha com alta, conforme o vosso ofício nº 38 de 23 do corrente.
Reitero-vos os meus protestos de estima e consideração.*

O citado ofício nº 38 é esclarecido no verso do prontuário do Pavilhão-Escola Bourneville. No espaço reservado para as *Observações* acerca do paciente, somos informados que o ofício solicita, no dia vinte e três de janeiro de 1918, *ao Chefe de Polícia a admissão de Agnelo na Escola Premonitória Quinze de Novembro*, destinada a menores infratores¹⁰⁹. O que se apresenta particularmente intrigante no episódio é a alta concedida a um paciente diagnosticado como *epilético* e o interesse da polícia em reassumir, passados dois anos, o controle do destino do menino. O fato de um menino supostamente doente e que por tanto tempo ficou sob os cuidados do Pavilhão-Escola Bourneville ser transferido para uma instituição não especializada no tratamento médico-pedagógico de crianças nos coloca algumas interrogações. Estaria correto o diagnóstico do Pavilhão de Observações? Havia Fernandes Figueira concordado, depois de tanto tempo, com ele? Caso sim, por que não retificou o diagnóstico de epilepsia no prontuário do Pavilhão-Escola Bourneville? Não temos subsídios para responder a estas perguntas, entretanto, a impressão que nos fica é a da onipresença do controle sobre o menino que, por algum motivo não explicado pelo arcabouço científico, tinha sua liberdade recorrentemente negada.

A essa altura podemos perceber que a correção pela reclusão não derivava mais das leis científicas, mas das práticas de controle social. A punição representa nesse momento a *ocupação meticulosa do corpo e do tempo* dos acusados de algum desvio. Nesse sentido, realizava-se a institucionalização do poder de punir através do

¹⁰⁹ Para uma análise do caráter correcional da Escola Premonitória Quinze de Novembro, bem como do conceito de menoridade cf. Adriana de Resende Barreto VIANNA. *O mal que se adivinha: polícia e menoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

*enquadramento de seus gestos e de suas condutas por um sistema de autoridade e de saber*¹¹⁰.

Em alguns momentos a confusa organização das informações vai além do diagnóstico e se apresenta em datas díspares. No dia vinte e quatro de outubro de 1897 a menina Maria, de sete anos, é *recambiada*, pela Secretaria de Polícia do Distrito Federal, do Hospital de Misericórdia para o Hospício Nacional de Alienados *por sofrer de epilepsia e não poder por isso permanecer* naquele hospital. O médico-legista considera *conveniente* a transferência da menina para o hospício devido à confirmação da moléstia: Maria teve um *ataque ligeiro de epilepsia* durante o exame. O prontuário do Pavilhão-Escola Bourneville, que se trata de uma segunda via, *por estar imprestável* a primeira, indica, entre outras coisas, a cor *fula* da *órfã de pai e mãe*; que residia em Campo Grande; a cirurgia de *escrofulose* a qual foi submetida em vinte de fevereiro de 1904; que conta com vinte anos em 1911; o diagnóstico, *epilepsia*, sem data e assinado por Fernandes Figueira; que deu entrada no Pavilhão-Escola Bourneville em vinte e quatro de novembro de 1897 e que foi transferida para a seção de adultos (no cabeçalho, no espaço destinado à *Secção*, está escrito, à caneta vermelha, “Esquirol” ao lado de “Pav. Bourneville” datilografado) em dois de maio de 1915. O mesmo documento traz duas fotos, na frente, uma jovem e robusta Maria veste o que parece ser um vestido branco e, sentada, encara a objetiva. No verso, outra foto traz uma Maria francamente mais velha, os sulcos e rugas sinalizam os anos de internação e marcam um semblante que traduz cansaço ou, talvez, resignação com uma reclusão que parece não ter mais fim.

Intrigante nesse conjunto de informações é o fato da data de entrada de Maria na seção de crianças apontar o ano de 1897, uma vez que o Pavilhão-Escola Bourneville somente foi criado sete anos mais tarde, em 1904. O descuido com as datas alude a uma, possivelmente, descuidada assistência que acompanhou a agonia da mulher que, ao final de dezoito anos recolhida no hospício, morre de *tuberculose pulmonar* em vinte e nove de março de 1915.

¹¹⁰ Michael FOUCAULT, *op. cit.*, p. 115.

Hospício Nacional de Alienados

SEÇÃO (Pav. Bourneville) *Epilepsia*

Nome *Maria* S.O.11. N. *31*

Nação *Brasil* Classe (D.F.) *Gratuita*

Idade *50* anos sexo *feminino* naturalidade *Entrada na Seção: 24-11-1897*

estado civil *solteira*

profissão *Campe Grande*

Procedência *Integrante: J.P.D.F. Guia nº 100, de 24 de Outubro de 1897.*

Entrada *24-10-1897.*

Diagnóstico *Epilepsia.*

Em — de — de 191 —

O Médico assistente — *[assinatura]*

MATRICULE-SE

Director —

Matriculado a fls. 115 do livro. E. Numero de ordem geral 10.638.

Em 24 de Novembro de 1897. Numero de ordem anual 528.

Secretaria do Hospício Nacional de Alienados.

Ato em de de 191 *1918* Falto em *89* de *Março* de 1915

O medico *causa morte* *« Tuberculose »*

Sabido em de de 191 *1918* O medico *[assinatura]*

O interno *[assinatura]*

O Director *[assinatura]*

OBSERVAÇÕES

Cirurgia-775.910.1.016.1.047.1.182.

em 20-2-1904.

-Escarafalosa-

+ Deitada em 15-10-1904.

for impetecida a 15-10-1904.

Transferencia para o Hospital de

adulta, 15-10-1904.

TRANSFERENCIA, LICENÇA, EXATIAO.

Correspondencia

HAVERES

Maria morreu em 1918

Frente e verso do prontuário de um interno do Pavilhão-Escola Bourneville (Maria).

Arquivo do Instituto Municipal Juliano Moreira

Procedente do 8º Distrito Policial, Nair de Araújo é encaminhada no dia vinte e sete de julho de 1919 ao Serviço Médico Legal da Secretaria de Polícia do Distrito Federal para exame de alienação. Devido a impossibilidade de um *diagnóstico preciso*, o médico legista José E. do Couto encaminha a menina de cinco anos para uma *observação mais prolongada* no Hospício Nacional de Alienados. Um dia foi o suficiente para registrar, em um prontuário do Instituto de Neuropatologia que pouco difere em sua estrutura ao do Pavilhão de Observações, a seguinte *resenha sintomática*:

conta-nos sua mãe que esta doente tem ataques, cuja descrição coincide exatamente com a dos ataques epilépticos. Teve pela primeira vez um impulso tentando agredir todas as pessoas da casa, resolvendo por isto sua mãe

interná-la nesta clínica. Em criança foi acometida pelo sarampão, tendo febre muito alta e sendo muito sério seu estado. Nega que tenha tido meningite. Estes ataques começaram aos dois anos e a princípio espaçados aumentaram e agora tornaram-se quase semanais. O pai faleceu tuberculoso cinco meses após o nascimento da doente. A mãe teve dois filhos e nega abortos. A primeira faleceu [...]. O pai era sífilítico. Vem a exame uma menina com [ilegível] não respondendo a pergunta [...] alguma. Está abatida e chorou por ocasião do exame somático. Pede somente água. Na seção durante a noite teve dois ataques francamente epiléticos. Distrofia dentária.

A certeza sobre a epilepsia encontrada nas observações realizadas no Instituto de Neuropatologia não se repete no Pavilhão-Escola Bourneville. Em um prontuário incompletamente preenchido, no qual falta a fotografia e a assinatura do diretor do hospício, o total silêncio acerca dos *ataques francamente epiléticos* é acompanhado do seguinte diagnóstico, assinado por Fernandes Figueira em vinte e um de agosto do mesmo ano: *meningoencefalite crônica*. A incompletude das informações sobre a menina não nos permite saber se recebeu alta ou foi transferida. Sabemos apenas que lhe foi concedida licença de seis meses para que sua mãe, Alexandrina de Araújo, pudesse tratá-la em casa.

Poderíamos avançar com a demonstração de diagnósticos incongruentes, como o de Raymundo do Amaral que mesmo após dois diagnósticos, um deles com um curioso visto de Afrânio Peixoto, atestarem sua sujeição a *ataques epiléticos*, recebe de Fernandes Figueira o diagnóstico de *esclerose cerebral infantil*. Em dezembro de 1910, o mesmo Figueira define como *idiotia* o quadro clínico de Francisco Bello. O Serviço Médico-Legal e o Pavilhão de Observações identificam como epilepsia a moléstia do menino cego (devido à varíola). O prontuário do Pavilhão-Escola Bourneville também não informa sobre a cegueira de Francisco. Dez anos depois, Julieta receberia três diagnósticos distintos em um espaço de pouco menos de quatro meses. Em doze de agosto de 1920, o Serviço Médico-Legal afirma que a moléstia da menina *trata-se de um caso de epilepsia*, no mesmo dia o Pavilhão de Observações diagnostica como *idiotia* a moléstia da *doentinha*. Em oito de novembro do mesmo ano, Fernandes Figueira sugere um diagnóstico distinto: *meningoencefalite crônica*.

Convém destacar que não é o período de Figueira à testa do Pavilhão-Escola Bourneville que define os desencontros nos diagnósticos. Em dezessete de julho de 1928, sete anos após o desligamento do pediatra da seção de crianças e quatro meses após seu falecimento¹¹¹, Lino da Costa Carvalho está internado na seção de crianças. Não se conforma com a situação e tem *crises freqüentes de agitação*, de *fúria* e às *vezes chora por chorar*. Sua moléstia é diagnosticada como *debilidade mental* uma semana depois de ter sido considerado portador de *epilepsia* por Henrique Roxo, diretor do Instituto de Psicopatologia. A partir da *resenha sintomática feita no instituto* encontramos um:

Menino de cor branca não apresentando estigmas de degeneração [que] apesar de sua tenra idade é dado ao uso de bebidas alcoólicas. [O] pai [é] alcoolista. Diz ter crises de fortes dores limitadas a diversas regiões do corpo, principalmente na mão e no braço. Tem crises de agitação em que agride os próprios pais. Tem incontinência noturna e urina.

Interessante o fato de, mesmo a resenha se referindo ao impulso de agressão contra os *próprios pais*, a ficha do Instituto de Psicopatologia menciona somente o nome de Manoel da Costa Carvalho. Somente o prontuário do Pavilhão-Escola Bourneville informa-nos que a mãe de Lino se chama Palmyra da Costa Carvalho e que teve outros filhos, dois meninos e uma menina, todos falecidos.

Algo parecido ocorreu com a bebê Maria Augusta do Nascimento. Contando com pouco mais de dois anos em vinte e dois de julho de 1924, sua moléstia é diagnosticada no prontuário do Pavilhão-Escola Bourneville como *idiotia*. No ano anterior, dia vinte e cinco de março, o Serviço Médico-Legal não define um diagnóstico, mas indica que a menina *sofre de ataques*. No mesmo dia, no Instituto de Neuropatologia, a *mãe anuncia* que a *menina de compleição franzina* e que *apresenta estigmas físicos de degeneração* foi para aquela clínica *por ter crises convulsivas freqüentes seguidas de choro e vômitos*. Segundo a mãe, *essa crises apareceram com*

¹¹¹ Vítima de edema pulmonar, Fernandes Figueira morre no dia onze de março de 1928, aos 65 anos. Cf. Tânia Pedroso MÜLLER. *Op. cit.*, p.119.

os primeiros dentes. Mesmo fornecendo essas informações ao responsável pelo Instituto de Neuropatologia, Henrique Roxo, a mãe não tem seu nome citado no prontuário. Talvez traduzindo o machismo da época, o documento define o pai, Augusto Manoel do Nascimento, como contato para as informações da paciente. De forma distinta, o prontuário do Pavilhão-Escola Bournveville indica que a *Correspondência* deve ser mantida com o pai e com a mãe, Paulina Lopes do Nascimento.

Na foto do prontuário da seção de crianças Maria Augusta está no colo de uma figura (talvez uma mulher devido às mãos esguias?) da qual não podemos ver o rosto. Ela segura desajeitadamente o bebê que tem seu peito pressionado; a mão esquerda amarra sua roupinha. Com a mão direita mantém fixa a cabeça de Maria para que seu rosto possa ser captado pelo fotógrafo. Não há nenhum sinal de afeto. O bebê é sustentado naqueles braços quase como um embrulho, um objeto que segura sem prestar atenção. Aquela figura talvez dê menos valor à criança do que ao anel que, reluzente, orna o dedo anular de sua mão esquerda. Toda aquela cena indica a rigidez da pose e expõe a distância que habitualmente, na época, separava os adultos das crianças. A despeito de tudo isso, Maria sorri.

A menina morre de *entero-colite crônica* no dia vinte e quatro de agosto de 1924, pouco antes de completar três anos de idade. Distante de seus pais, doente e recolhida em um hospício, Maria Augusta, chegou ao seu instante derradeiro sob os cuidados de uma tutela sem rosto; envolvida pelos braços frios de uma ciência, que por ser ciência se via no dever de recusar a compaixão e a estima em favor da salvação da sociedade e da manutenção da ordem¹¹². Assim como para o personagem título do conto machadiano citado no início desse capítulo, a sociedade se apresentava para Maria Augusta, bem como à outras crianças recolhidas no Pavilhão-Escola Bourneville, como uma madrasta.

¹¹² Em *O Alenista*, Machado destila sua fina ironia acerca do conhecimento psiquiátrico: *Bacamarte aprovava esses sentimentos de estima e compaixão, mas acrescentava que a ciência era a ciência, e que não podia deixar na rua um mentecapto*. Cf. MACHADO DE ASSIS, *O Alienista*. Disponível em <http://netomorais2007.googlepages.com/Alienista.pdf>. P. 8. Último acesso em 14 de outubro de 2009.

Assistência a Alienados
HOSPITAL NACIONAL

SEÇÃO BOURNEVILLE

Nome: MARIA AUGUSTA DO NASCIMENTO N.º: 18 Classe: S. F.

Côr: branca Sexo: feminino Nacionalidade: Brasileira Entrada na Seção: 27-3-1923

Profissão: ---

Residência: ---

Procedência: 1a. Deleg. Auxiliar

Internamento: Repartição Central de Alienados; guia n. 354, de 25 de Março de 1923.

Entrada: 25 de Março de 1923.

Diagnóstico: *Zebrin*

Em 7 de *Julho* de 1923

O Médico assistente: *Salvador*

MATRICULAS

O Director Geral: *Juliano Moreira*

Matriculada a fl. *63* de livro *63* Numero de ordem geral: *5277*

Em 7 de *Julho* de 1923 Numero de ordem anual: *196*

Alta em --- de 19 --- Faleceu em 24 de *Agosto* de 1924

O Medico: --- Causa morte: *Encefalopatia degenerativa*

Sobrevive em --- de 19 ---

O Assistente: *Salvador*

O Director Geral: *Juliano Moreira*



HOSPITAL NACIONAL DE ALIENADOS
SEÇÃO BOURNEVILLE

Parte do prontuário de um interno do Pavilhão-Escola Bourneville (Maria Augusta do Nascimento).

Arquivo do Instituto Municipal Juliano Moreira

Conclusão

Que caminho seguir para desenvolver com segurança considerações conclusivas a partir do que foi exposto nas páginas anteriores? Confesso minha incapacidade de responder a essa questão por meio do exigido pelo cânon acadêmico. Proponho, então, um desvio: contar o que senti.

Antes de iniciar essa pesquisa, o Hospício Nacional de Alienados não era, para mim, muito além do que uma solução arquitetônica que denotava o crescente interesse do Estado pela saúde pública. Olhava-o de soslaio, apenas como algo inerente ao projeto nacional de tempos passados. Olhar talvez não muito distinto ao do jovem Olavo Bilac e seus amigos: um prédio branco com fachada em estilo neoclássico. Descobriria que era muito mais.

As leituras e investigações desvelaram um prédio além da fachada e uma população para além dos loucos. Se o rastilho para a monografia acendera no meu encontro com o prontuário do menino Augusto, o trabalho subsequente me apresentaria a Marias, Jorges, Raimundos, Julietas, Linos, entre tantos outros, que, contrariando o que se considerava na época, não eram os *mortos da vida*. A todo momento me encontrava com crianças traquinas, franzinas, safadas, bem-humoradas, robustas, agressivas, que faziam xixi na cama, choravam, clamavam pela mãe, sadias, doentes... vivas. Oriundo dos mais variados locais, Santa Casa de Misericórdia, Delegacias de Polícia, do seio familiar, o afluxo de crianças tinha um destino, o Pavilhão-Escola Bourneville. O hospício expunha parte de suas entranhas, para além da fachada.

Fotografias francamente posadas ofereceram uma visão parcial do que se experimentava dentro das salas, pátios e corredores da seção de crianças. Os uniformes, por vezes canhestramente envergados, traduziam o esforço em emoldurar as crianças asiladas como se formassem uma massa indistinta. Contudo, em fotografias preserva-se algo que não pode ser silenciado, que insistentemente reclama

o nome daquele que se põe, ou, nesse caso, é posto diante da objetiva¹¹³. Os olhares escapam à uniformização, sentimentos vêm à flor do rosto: uma lágrima vertida, o enfado, um sorriso a escorregar por um rosto ingênuo.

Senti o contato com uma história encarnada, meu faro era provocado assim como o do ogro da lenda, conforme a feliz analogia de Marc Bloch¹¹⁴. A fome era grande. Estariam meus movimentos peristálticos preparados para tal iguaria? Ou, para além da fábula, estaria eu, noviço historiador, apto a ouvir e traduzir corretamente aquelas vivências fadadas ao silêncio? Tive medo de violentar mais uma vez aquelas crianças.

Eis que, mais uma vez, Jacques Revel, assim como o fizera no início dessa pesquisa, aliviou-me as angústias. Disse-me o francês:

*Para o historiador [...] o objetivo é fazer funcionar um conjunto cultural, fazer aparecer as suas leis, ouvir-lhes os silêncios, estruturar uma paisagem que não poderia ser apenas um simples reflexo sob pena de não ser nada. Mas faria mal se pensasse que os seus instrumentos são neutros e o seu olhar inerte: nada se dá, tudo tem que ser tomado, e a própria violência da interpretação pode aqui criar ou suprimir. A mais ambiciosa das nossas obras, a mais audaciosa, é também a menos historiográfica e aquela mais falha, com certeza, o seu objeto, ao pretender submetê-lo ao fogo convergente de uma série de interrogações [...].*¹¹⁵

Sendo assim, chego aqui ciente de que ao abordar as estratégias de internação das crianças tidas como anormais em geral, e das supostamente *epiléticas* em particular, compreendo algumas *leis* de um determinado *conjunto cultural*. Ao ouvir seus *silêncios* torna-se possível desvelar uma *paisagem* social que não apenas reflete um momento histórico, mas lhe é inerente. Contudo, cômico da não neutralidade de minha abordagem, assumo os riscos da criação e da supressão próprias à *violência da*

¹¹³ Cf. Walter BENJAMIN. “Pequena história da fotografia”. IN: _____. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, s/d.

¹¹⁴ Cf. Marc BLOCH. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

¹¹⁵ Jacques REVEL. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Editora DÍEFEL, 1989.

interpretação histórica. Interrogações e análises trespassadas de violência interpretativa. É com estas me volto para aquelas crianças que, por representarem uma ameaça à sociedade, tinham suas vidas violentadas.

Documentação

BILAC, Olavo. “No Hospício Nacional”. IN: *Kosmos Revista Artística, Científica e Litteraria*. Rio de Janeiro, ano 2, fevereiro de 1905.

BRANDÃO, Teixeira. *Os alienados do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1886.

BRASIL. Decreto n. 791, de 27 de setembro de 1890.

BRASIL. *Ministério da Justiça*. Relatório dos anos de 1903 e 1904 apresentado ao Presidente da República em março de 1904. disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000001.html>, último acesso em 13 de novembro de 2009.

BRASIL. *Ministério da Justiça*. Relatório dos anos de 1901 e 1902 apresentado ao Presidente da República em março de 1902. disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000001.html>, último acesso em 13 de novembro de 2009.

BRASIL. *Ministério da Justiça*. Relatório dos anos de 1902 e 1903 apresentado ao Presidente da República em abril de 1903. disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000001.html>, último acesso em 13 de novembro de 2009.

BRASIL. *Ministério da Justiça*. Relatório dos anos de 1904 e 1905 apresentado ao Presidente da República em março de 1905. disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1900/000001.html>, último acesso em 13 de novembro de 2009.

HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS. *Jornal do Commercio*, Coluna Gazetilha, 02 de fevereiro de 1902.

HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS. *Jornal do Commercio*, Coluna Gazetilha, 15 de fevereiro de 1902.

HOSPÍCIO NACIONAL DE ALIENADOS. *A Tribuna*. 09 de fevereiro de 1903.

HOSPÍCIO DE ALIENADOS, O. *Gazeta de Notícias*. 13 de fevereiro de 1902.

HOSPÍCIO DE ALIENADOS, O. *A Notícia*. 14 de fevereiro de 1902.

Livro de Observações clínicas Nº 123 do Pavilhão de Observações do Hospício Nacional de Alienados, 1910.

Relação de prontuários do Pavilhão-Escola Bourneville consultados no arquivo do Instituto Municipal Juliano Moreira

Caixa	Pacote
1508	15.299
9343	1109
126	1191, 1192, 1193
128	1.308, 668, 1313, 1305
468	21
470	20
1435	13619
315	-
668	-
258	-
05	379
20	468
35	811, 812
37	816
1450	13944
1458	14124
314	49
1435	13619
21	470
916	-
915	-
47	847
1394	13110
55	860
80	914
1385	12978
1391	13082
1394	13111
51	856
52	857
62	931
89	934, 933
1403	13212
82	918
86	927, 928
83	920
1404	13219
90	935
65	884, 885
93	943

Bibliografia

ADAMO, Sam. *The broken promise: race, health and justice in Rio de Janeiro, 1890-1940*. México: University of New Mexico, 1983.

ADORNO, Sérgio. “Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva separada”. Disponível em <http://www.leonildocorreia.adv.br/pdf/adorno-racismo.pdf>, último acesso em 23 de outubro de 2009.

ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty de. *A Victória da Renascença Bahiana: a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal da Bahia, 1997. (mimeo)

ALVES, Afonso Telles. *Antologia de poetas brasileiros*. São Paulo: Ed. Logos, 1960.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto*. Rio de Janeiro/Brasília: Livraria José Olympio Editora/INL-MEC, 1975.

BARRETO, Lima. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Klick Editora, 1997.

BILAC, Olavo. “Via Láctea”. IN: ALVES, Afonso Telles (org.). *Antologia de poetas brasileiros*. São Paulo: Logos Editora, 1960.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jporge Zahar Editora, 2001.

- BRANDÃO, Berenice Cavalcante BRANDÃO; MATTOS, Ilmar Rohloff de; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Nº 4, Série Estudos, PUC-Rio, 1981. *mimeo*.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura – o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- CHEINAUX, Mônica da Rocha Oliveira. *Discurso e prática psiquiátrica no Rio de Janeiro (1896-1906): um estudo dos prontuários do Pavilhão de Observações do Hospício Nacional*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COSTA, Jurandir Freire. *Historia da Psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.
- COUTINHO, Eduardo Granja. *Os cronistas de Momo: imprensa e carnaval na Primeira República*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.
- CUNHA, Olívia Pereira Gomes da. *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.
- DANTES, Maria Amélia M. “Reflexões sobre os caminhos da historiografia das ciências no Brasil”. IN: PIETROCOLA, Maurício e FREIRE JR, Olival (orgs). *Filosofia, Ciência e História: uma homenagem aos 40 anos de colaboração de Michael Paty com o Brasil*. São Paulo: Ed. Discurso, 2005.

DIWAN, Pietra. *Raça pura. Uma história da Eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

DUBY, Georges. *A História continua*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ESPIRITO SANTO, Thiago Braga do. *Enfermeiras francesas na capital do Brasil (1890-1895)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.(Dissertação de Mestrado em Enfermagem).

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2006.

HOLLOWAY, Thomas H.. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Tradução de Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1997.

LACERDA, Janaína Furtado. “Instrumentos científicos como fonte para a história da ciência: uma história possível”. IN: **Revista Histórica**, nº 13, agosto de 2006. disponível também em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao13/materia01/texto01.pdf>. Último acesso em 03/06/2009.

LAVELLE, Patrícia. *O espelho distorcido – imagens do indivíduo no Brasil oitocentista*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MACHADO DE ASSIS, O Alienista. Disponívem em <http://netomorais2007.googlepages.com/Alienista.pdf>. . Último acesso em 14 de outubro de 2009.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques. *Diário do Hospício: o cemitério dos vivos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1956.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LUCAS, Fábio. *O caráter social da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. “João Fernandes”. In: *Contos Seleccionados*. Vol. I. Rio de Janeiro: Edições Spiker, s/d.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 5ª edição. São Paulo: Editora HUCITEC, 2004.

MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. *A primeira escola especial para crianças anormais no Distrito Federal – O Pavilhão Bourneville do Hospício Nacional dos Alienados (1903-1920): Uma leitura foucaultiana*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. (Dissertação de Mestrado)

MUNIZ, Camilla. “Preservando memórias”. In: *Olhar Virtual*. Edição 245 de 14 de abril de 2009. disponível em http://www.olharvirtual.ufrj.br/2006/index.php?id_edicao=245&codigo=1, último acesso em 22 julho de 2009.

NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual Editora, 1991.

NEVES, Margarida de Souza. *Ciência e preconceito. Uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1859-1906*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Departamento de História, 2004. (Projeto de Pesquisa). (mimeo)

PATTO, Maria Helena Souza. “Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres”. IN: *Estudos Avançados*. Volume 13, Nº 35. São Paulo. Janeiro/ Abril, 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci_arttext, último acesso em 22 de outubro de 2009.

QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1987.

REVEL, Jacques. *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Editora DÍEFEL, 1989.

RIZZINI, Irene (org.). *Olhares sobre a criança no Brasil: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1997.

SCHERER, Marta Eymael Garcia. *Bilac - sem poesia. Crônicas de um jornalista da Belle Époque*. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. Dissertação de Mestrado em Literatura.

SEVCENKO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: no loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2000.

- SILVA, Renata Prudêncio da. *Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o Pavilhão-Escola Bourneville no início do século XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª Ed., tradução de Raul Barbosa de Sá; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- STEPAN, Nancy Leys. *A hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- TEIXEIRA, Manoel Olavo Loureiro. “A psiquiatria e a Universidade no Brasil: a contribuição de João Carlos Teixeira Brandão no seu nascimento”. In: *Psychiatry on line Brasil*. Novembro de 2008, Vol. 13, Nº 11. Disponível em <http://www.polbr.med.br/ano08/wal1108.php>, último acesso em 20 de julho de 2009.
- VARELLA, Drauzio. “Evolução”, IN: _____ *Borboletas da Alma: escritos sobre ciência e saúde*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- VARELA, Fagundes. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Edições Skiper, s/d.
- VENÂNCIO, Ana Teresa A.. “Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil”. In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*. vol.10 no.3 Rio de Janeiro Set./Dez. 2003.
- VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *O mal que se adivinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro, 1910-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.